

CLIO

REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

ISSN 0102-9487

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Adema Ferreira de Araújo, CRB-4/1567

CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. n. 27-2, 2009/ Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas; apresentação Marília de Azambuja Ribeiro. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

Semestral

Inclui bibliografia.

ISSN 0102-9487 (broch.)

1. História – Brasil - Periódicos. 2. Estudos jesuíticos. I.
Ribeiro, Marília de Azambuja.

94(81)

CDU(2.ed.)

UFPE

B981

CDD(22.ed.)

BC2009-167

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
MARÍLIA DE AZAMBUJA RIBEIRO	
DOSSIÊ: ESTUDOS JESUÍTICOS II	
BEATO, SIM. SANTO, NÃO! JOSÉ DE ANCHIETA, DE APÓSTOLO E TAUMATURGO DO BRASIL A CONSTRUTOR DA NACIONALIDADE	9
ELIANE CRISTINA DECKMANN FLECK	
DE GENTIS A DEFENSORES DA MISSÃO: OS JEBEROS E AS MISSÕES DE MAYNAS	51
FERNANDO TORRES-LONDOÑO	
ROSÁRIO DA CONCÓRDIA: VIEIRA E OS FUNDAMENTOS MÍSTICOS DA PAZ SOCIAL	63
GUILHERME AMARAL LUZ	
AS PARTES E GENTES DA ÁFRICA NA OBRA DE PADRE ANTÔNIO VIEIRA: A CONSTRUÇÃO DA FIGURA LITERÁRIA E A IDÉIA DO QUINTO IMPÉRIO	87
LUÍS FELIPE SILVÉRIO LIMA	
AS FAZENDAS JESUÍTICAS EM CAMPOS DOS GOITACAZES: PRÁTICAS MÉDICAS E CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (SÉCS. XVI-XVIII)	117
HELOÍSA MEIRELES GESTEIRA E ALESSANDRA DOS SANTOS TEIXEIRA	
O <i>PLANO PARA O BOM GOVERNO DOS ÍNDIOS</i> : UM JESUÍTA A SERVIÇO DA EVANGELIZAÇÃO CALVINISTA NO BRASIL HOLANDÊS	145
RONALDO VAINFAS	

ESTUDOS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA ANTIGA COMPANHIA DE JESUS AO DESENVOLVIMENTO DOS SABERES SOBRE O PSIQUISMO NO BRASIL COLONIAL	163
MARINA MASSIMI	
MARQUÊS DE POMBAL E O FIM DO PROJETO EDUCACIONAL JESUÍTICO EM PORTUGAL E SEU IMPÉRIO (SÉCS. XVI-XVIII)	192
MARÍLIA DE AZAMBUJA RIBEIRO	
CARTAS DO PADRE FERNÃO CARDIM (1608-1618)	206
PABLO ANTÔNIO IGLESIAS MAGALHÃES E MARIA HILDA B. PARAÍSO	
TRANSCRIÇÕES	
AUTO DE SEQÜESTRO E INVENTARIO QUE DOR JOÃO CARDOZO DE AZEVEDO DEZEMBARGADOR DOS AGGRAVOS DA RELLAÇÃO DO RIO DE JANEIRO MANDOU FAZER EM VIRTUDE DA ORDEM ABAIXO COPIADA DA FAZENDA DE MACÂE QUE TEM OS PES DA COMP. DO COLLEGIO DA MESMA CIDADE NO CAMINHO QUE VAI PARA OS LADOS DENOMINADOS CAMPOS DOS GAYTACAZES	247
MÁRCIA AMANTINO	
ARTIGOS	
A “REINVENÇÃO” DA NEGRITUDE A PARTIR DA SERRA DA BARRIGA (AL) 268	
JOSÉ BENTO ROSA DA SILVA	
PARA ALÉM DO REGULAMENTO: ROTINAS, RUPTURAS E PROBLEMAS NO FUNCIONAMENTO DA CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE	286
CLARISSA NUNES MAIA E FLÁVIO DE S. C. DE ALBUQUERQUE NETO	
FLECHEIROS, PAULISTAS, HENRIQUES E OS HOMENS DO LITORAL: ESTRATÉGIAS MILITARES DA COROA PORTUGUESA NA ‘GUERRA DOS BÁRBAROS’ (SÉC. XVII)	305
KALINA VANDERLEI SILVA	
RESENHAS	
RICUPERO, RODRIGO. A FORMAÇÃO DA ELITE COLONIAL. BRASIL (C. 1530 - C. 1630)	329
GEORGE FÉLIX CABRAL DE SOUZA	

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que oferecemos ao nosso leitor o segundo volume do Dossiê “Estudos Jesuíticos”, por nós organizado para a Revista Clio – Série Histórica.

Neste segundo volume, estão reunidos nove novos artigos, frutos do trabalho de importantes pesquisadores que atualmente, sob diversos enfoques, tem se dedicado ao estudo da atuação e da presença jesuítica em Portugal e seu império.

No primeiro texto, a Professora Eliana Cristina Deckmann Fleck da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), propõe em *Beato, sim. Santo, não! José de Anchieta, de Apóstolo e Taumaturgo do Brasil a construtor da nacionalidade*, faz uma reflexão sobre a maneira como se deu o resgate da figura do Padre José de Anchieta, em meados da década de sessenta, por meio da exaltação de sua força moral, visando a difundir um projeto de defesa da integridade territorial e de luta contra as ameaças estrangeiras. Neste trabalho encontramos uma análise sobre como se criou uma memória histórica do Padre Anchieta que o fizesse integrar o panteão dos heróis nacionais e que permite compreender o apoio recebido pela causa de sua beatificação.

Debatendo importantes questões sobre a relação entre missionários e nativos, apresentamos também o artigo *De gentis a defensores da missão: os Jeberos e as missões de Maynas*, do Professor Fernando Torres-Londoño da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo (PUC-SP). Aqui é proposta uma análise sobre a configuração e a aplicação das categorias de “gentio” e “cristão” na relação entre missionários e índios.

Em *Rosário da Concórdia: Vieira e os fundamentos místicos da paz social*, o professor Guilherme Amaral Luz da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) propõe um estudo dos sermões do Padre Antônio Vieira sobre a escravidão, devotados a Nossa Senhora do Rosário, no esforço de compreender os preceitos teológico-políticos dos inacianos com relação à escravidão africana.

Também analisando a obra de Padre Antônio Vieira, o artigo do professor Luís Felipe Silvério Lima, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), *As partes e gentes da África na obra de Padre Antônio Vieira: a construção da figura literária e a idéia de Quinto Império*, busca apontar o debate em torno das categorias das partes e gentes do mundo na obra do Padre Vieira, tendo em vista o projeto do Quinto Império e qual seria o lugar ocupado pela África e pelos escravos negros no Brasil em tal projeto.

Trabalhando em parceria, a pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) Heloísa Meireles Gesteira e a mestranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Alessandra dos Santos Teixeira procuraram mostrar como as práticas médicas empreendidas pelos jesuítas no Brasil Colonial não podem ser entendidas como mera apropriação de técnicas indígenas ou apenas fruto de necessidades circunstanciais, nem tampouco uma simples cópia do que se fazia na Europa, analisando como se deram a produção, a sistematização e circulação do conhecimento médico, sobretudo na América Portuguesa.

Mostrando um horizonte inusitado da atuação dos missionários jesuítas no Brasil, o último artigo deste dossiê é de autoria de Ronaldo Vainfas, professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). *O ‘Plano para o bom governo dos índios’: um jesuíta a serviço da evangelização calvinista no Brasil holandês* analisa o projeto missionário adotado pelos calvinistas

no Brasil holandês, que fora apresentado ao conselho diretor da Companhia das Índias Ocidentais pelo jesuíta convertido ao calvinismo Manoel de Moraes, que se tornara consultor dos holandeses para assuntos relacionados ao Brasil.

Contribuindo ainda mais com a diversidade de nosso dossiê, apresentamos o trabalho *Estudos sobre a contribuição da Antiga Companhia de Jesus ao desenvolvimento dos saberes sobre o psiquismo humano no Brasil Colonial*, da professora da Universidade de São Paulo Marina Massimi. Esse artigo busca destacar a contribuição dos jesuítas na criação de formas e métodos do conhecimento da subjetividade e do comportamento humanos.

Analisando a organização das instituições de ensino jesuíticas em Portugal e em seu império, Marília de Azambuja Ribeiro, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em seu artigo *Marquês de Pombal e o fim do projeto educacional jesuítico em Portugal e seu império (séculos XVI-XVIII)*, procura mostrar como os colégios de Portugal se constituíram no modelo das escolas na América Portuguesa.

Já os pesquisadores Pablo Iglesias Magalhães, doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia, e Maria Hilda Paraíso, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), nos trazem em *Cartas do Padre Fernão Cardim (1608-1618)*, transcrições e análise de duas importantes cartas do Provincial da Ordem no Brasil e reitor do Colégio da Bahia: a Carta Anua, de 1607, e uma outra inédita, de 1618.

O Dossiê Estudos Jesuíticos inclui ainda a transcrição de um documento inédito: *Auto de seqüestro e inventario que Dor João Cardozo de Azevedo Dezembargador dos Aggravos da Rellação do Rio de Janeiro mandou fazer em virtude da ordem abaixo copiada da fazenda de Macêe que tem os pes da Comp. do Collegio da mesma Cidade no caminho que vai para os lados denominados Campos dos Gaytacazes*, que foi transcrito e comentado pela Professora Márcia Amantino, da Universidade Salgado de Oliveira.

O volume também consta de três artigos e uma resenha, externos ao Dossiê. O primeiro artigo é de autoria do professor José Bento Rosa da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no qual ele investiga a importância da Serra da Barriga como referência de identidade para militantes do Movimento Negro Brasileiro; o segundo texto, em co-autoria da Doutora Clarissa Nunes Maia e do Mestre Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto, ambos titulados pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), analisa algumas dificuldades enfrentadas na administração da Casa de Detenção do Recife, na segunda metade do século XIX; por fim, a professora Kalina Vanderlei Silva, da Universidade de Pernambuco (UPE) estuda o processo de conquista do sertão empreendido pela Coroa portuguesa e pelas autoridades coloniais, observando o emprego da organização militar das vilas açucareiras sob jurisdição de Pernambuco e Bahia na segunda metade do século XVII. Este volume se encerra com uma resenha do livro *A formação da elite colonial. Brasil (c. 1530 – c. 1630)*, de Rodrigo Ricúpero, feita pelo professor George Félix Cabral de Souza, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Recife, agosto de 2009
Marília de Azambuja Ribeiro

BEATO, SIM! SANTO, NÃO! JOSÉ DE ANCHIETA, DE APÓSTOLO E TAUMATURGO DO BRASIL A CONSTRUTOR DA NACIONALIDADE

ELIANE CRISTINA DECKMANN FLECK
Universidade do Vale do Sinos

Resumo: Desde sua morte, em 1597, biógrafos – leigos ou religiosos – têm ressaltado a importância do jesuíta José de Anchieta na formação religiosa e moral do povo brasileiro. Apresentado como “Apóstolo do Brasil”, “santo símbolo e construtor de nossa nacionalidade” e como “taumaturgo que vela pela felicidade de nossa Pátria”, Anchieta continua à espera de sua canonização. Em meados da década de sessenta, a figura do missionário jesuíta foi resgatada por intelectuais, religiosos e governantes que se valeram de sua força moral para difundir um projeto de defesa da integridade do território e de luta contra as ameaças estrangeiras. À apropriação – explícita ou não – do pensamento anchietano pelos ideólogos do regime militar, se agregou, em 1965, o empenho de padres e leigos católicos pela instituição do Dia de Anchieta. As atividades culturais programadas pela Comissão Nacional encarregada de celebrar a data alusiva a José de Anchieta não apenas parecem confirmar a valorização da força moral do jesuíta e a apropriação de seu discurso integracionista, como apontar para o apoio que a Causa de sua beatificação recebeu, ao difundirem a fama de milagreiro do “Taumaturgo do Brasil”.

Palavras-Chave: Dia de Anchieta; Nacionalidade; Beatificação

* Este artigo contou com a colaboração dos bolsistas Rafael Kasper (PIBIC-CNPq) e Paula Cardoso de Lucena (FAPERGS)

Abstract: Since his death in 1597, biographers – lay or religious – have rebounded the importance of José de Anchieta in the moral and religious formation of Brazilian people. Presented as *apostle of Brazil*, *holy symbol and constructor of our nationality* and as *thaumaturge who veils for our nation's happiness*, Anchieta still waits for his canonization. During the 60's, the missionary's figure was recovered by intellectuals, religious and governors who took advantage of his moral force in order to spread a project of defending the integrity of the territory and fighting foreign threats. The appropriation – explicit or not – of Anchieta's thought by military regime idealizers was joined to the effort of priests and Catholic laymen for the establishment of *Dia de Anchieta*. The cultural activities programmed by Comissão Nacional de Comemorações do not seem to confirm the valuation of the Jesuit's moral strength and the appropriation of his integrationist speech, as well as spot the support received by the matter effectively received while diffusing the fame of *Brazil's miracle worker*.

Key words: Dia de Anchieta; Nationality; Beatification

Em artigo publicado na edição 2031 da Revista Veja, de 21 de outubro de 2007, e cujo título é “*Todo santo ajuda. Com três novos beatos, o Brasil reforça sua presença na fila das canonizações*”, o jornalista Marcelo Bortoloti, ressalta que os três novos beatos foram também mártires, isto é, assassinados em nome da fé católica, creditando sua beatificação ao processo de mudança de posicionamento da Igreja Católica, a partir do Pontificado de João Paulo II¹.

Ao informar sobre a existência, em Roma, de cinquenta e sete pleitos brasileiros por beatificação e canonização em Roma, Bortoloti destaca que “Um dos casos mais lamentados pelos brasileiros é o do padre José de Anchieta², o jesuíta que se destacou na catequização nas primeiras décadas da história do Brasil”. De acordo com o autor, apesar de processos anteriores, Anchieta foi beatificado³, somente em 1980, com base em curas milagrosas que teria realizado no passado, sendo que nenhum dos quinze supostos milagres relatados e a ele atribuídos foi suficientemente comprovado⁴. A equipe que se dedica a sua canonização⁵, segundo Bortoloti, investia, à época – 2007 –, cerca de 7.000 reais mensais para dar publicidade a sua imagem, distribuindo em torno de 13 mil santinhos, relíquias ou pedaços de roupa para os enfermos, com

a esperança de que estes operem curas que possam ser consideradas um novo milagre⁶ do “*Apóstolo e Taumaturgo do Brasil*”.⁷

Esse empenho é acompanhado de publicações que se dedicam a apresentar o missionário jesuíta como místico e servo de Deus – desvinculando-o do papel desempenhado na história política colonial – tais como o “*Devocionário ao Padre Anchieta*”, que se propõe a “Por meio deste devocionário, [...] resgatar o papel principal e mais importante do Beato Pe. Anchieta em nosso meio, o de sacerdote de Cristo e dispensador de suas graças e favores”⁸.

Frei Sant’Anna Galvão, o primeiro santo nascido no Brasil, após sua canonização em maio de 2007, teve seu dia – 11 de maio – sancionado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, através de Lei que prevê que o dia “constará oficialmente no calendário histórico-cultural brasileiro”. Anchieta, contudo, ainda, permanece à espera de sua canonização.

Sobre o padre jesuíta José de Anchieta, sabe-se que deixou Portugal, aos dezenove anos, numa expedição que partiu para o Brasil em 1553. Doente, seguiu a recomendação de buscar os ares saudáveis da América, onde permaneceu por mais de 44 anos, falecendo em 1597. Embora a catequese dos índios tenha sido sua preocupação central, a conduta moral e religiosa dos colonos assumiu importância em seus sermões, cartas e demais trabalhos.⁹ Neles ressaltava a missão providencialista de que estava imbuído e a legitimidade do uso da força contra os infiéis ou hereges que comprometiam o sucesso da empresa da conversão. A concepção política e religiosa medieval – que facultava o uso da força contra os infiéis – era aceita e posta em prática por Anchieta, o que fica evidenciado na sua percepção de que Deus intervinha e agia em favor dos interesses católicos.

Mais recentemente, em 2004, Anchieta teve sua atuação missionária lembrada durante as comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo, tendo sido, inclusive, referido no enredo da escola de samba “Gaviões da Fiel” no Carnaval daquele ano. O enredo “Idéias e Paixões: combustível das revoluções” tem em um dos seus versos a seguinte passagem: “O Eldorado sonhado desperta a cobiça [...] por nosso tesouro. A proteção vem da fé. E o índio agradece, obrigado José!”. Além disso, foi organizada a exposição de dezessete cartas originais de Anchieta – retiradas pela primeira vez do Arquivo Histórico da Companhia de

Jesus, no Vaticano –, e a Mostra “*Os empreendedores: de Anchieta aos Novos Tempos*”, realizada no Pátio do Colégio, local da fundação da cidade de São Paulo. Essas comemorações revelam o quanto se mantém viva a imagem de José de Anchieta na memória da população brasileira, sobretudo, pelos paulistas.¹⁰

Poucos sabem, no entanto, que a importância desse missionário jesuíta no imaginário nacional foi resgatada e apropriada pelos militares para atender tanto às aspirações de uma significativa parcela da população brasileira que foi às ruas protestar contra a direção esquerdista do governo de João Goulart¹¹ – e que temia pelo bem-estar de suas famílias –, quanto de entidades culturais, cívicas e religiosas que propuseram a instituição de uma data alusiva ao missionário jesuíta.¹² O Decreto nº. 55.588, de 18 de janeiro de 1965, evidencia esse resgate, ao instituir o Dia de Anchieta¹³, a ser “oficialmente comemorado em todo o país na data de 9 de junho”¹⁴, e ao estabelecer que o Ministério da Educação e Cultura deveria adotar “as necessárias providências para dar excepcional relevo às comemorações”.¹⁵

Em discurso proferido no dia 9 de junho de 1965, na sessão solene realizada no Teatro Municipal de São Paulo, o então Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967), afirmou que

[...] ao aceitar o honroso convite para presidir esta sessão, marco inicial das comemorações do padre José de Anchieta, quis expressar o alto apreço do govêrno ao jesuíta cuja obra admirável de evangelização, fez dele o Apóstolo do Brasil. Esta terra é nossa empresa, dissera Nóbrega. **E ninguém melhor do que Anchieta lhe ouviu a palavra.** [...] graças à maneira por que se formou, o Brasil permanece aberto aos evangelizadores que se disponham a seguir os ensinamentos de Anchieta, de quem se disse com justiça, que pela nossa pátria deu a vida, o apostolado, a santidade.¹⁶ (grifo nosso)

Eleito por votação indireta do Congresso Nacional, em abril de 1964, Castelo Branco contava com o apoio de grupos que viam na religiosidade e na família cristã uma arma contra a “possível intervenção comunista no Brasil”. Neste discurso, ele reafirmava não apenas seu

compromisso com esta parcela da população, como também a identificação de Anchieta como maior exemplo de santidade do Brasil.¹⁷

À apropriação – explícita ou não – do *pensamento anchietano* pelos ideólogos do regime militar, se agregou, em 1965, o empenho de padres e leigos católicos pela instituição do Dia de Anchieta, numa estratégia que visava à obtenção do apoio dos militares e, principalmente, de recursos financeiros para a dispendiosa causa de sua beatificação. As atividades culturais, os concursos literários, a reedição de biografias, os ciclos de palestras promovidos por prestigiosas instituições e as sessões cívicas realizadas nas escolas públicas¹⁸ parecem não apenas confirmar a valorização da moral e a apropriação do discurso integracionista de Anchieta,¹⁹ como também apontar para o apoio que a causa recebeu, ao favorecerem a difusão, principalmente, da fama de milagreiro do *Taumaturgo do Brasil*,²⁰ visando ao surgimento de evidências de curas realizadas pela intercessão do missionário jesuíta.

O discurso do presidente da Comissão Nacional – convocada por Castelo Branco em janeiro de 1965 –, Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), parece confirmar os propósitos que envolviam o resgate de José de Anchieta, vinculando-o ao momento histórico vivido pelo Brasil:

Atravessa o País e o mundo um dos instantes mais graves da História. Dentro da grande Revolução que se processa por tôda parte, vive o Brasil aquela que, sob a chefia do Exmo. Sr. Marechal Castelo Branco, nos levou à vitória de 31 de março. Se aceitou S. Excia. o encargo de conduzir a Nação ao campo em que se feriria o último embate entre a liberal democracia e aqueles que desejavam arrastá-la para a órbita dos países em que nos últimos cinqüenta anos se implantaram regimes inspirados no materialismo dialético, foi porque jamais duvidou dos sentimentos profundos da nossa coletividade. **É, pois, um ato de afirmação que neste instante participamos – afirmação que se traduz no propósito em que está a Revolução de permanecer fiel àquele humanismo cristão que nos legou Anchieta e que a subversão comuno-nacionalista pretendia banir da nossa comunhão.** [...] temos nós a convicção de que a luta em que nos empenhamos, integrados na humanidade cristã, contra as potências das trevas que, a tôda fôrça, pretendem apagar da terra a lembrança da civilização

mediterrânea, se decidirá a nosso favor. Eles não lograrão o seu sinistro intento. A experiência de 2.000 anos vividos à sombra de Roma eterna não poderá desaparecer ante a ofensiva dos que querem substituir as leis do espírito, no seu sentido mais alto, por aqueles, que regem o universo formal da matéria.²¹ (grifo nosso)

Chama a atenção o fato de que a presidência da Comissão encontrava-se nas mãos do proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*,²² órgão de divulgação da propaganda anticomunista e anti-Goulart promovida por organizações patrocinadas pelo *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES*. Além disso, Mesquita Filho era irmão de Antonieta Pellegrini, presidente do *Movimento de Arregimentação Feminina – MAF*, uma das organizações empenhadas na desestabilização e, posteriormente, na deposição do governo Goulart. Amplamente apoiadas por setores conservadores da Igreja Católica²³, essas entidades de mulheres católicas e de classe média, promoveram inúmeros atos de protesto a uma suposta ameaça comunista, em defesa da religiosidade, da moral da família cristã e da pátria, valores caros aos setores civis e militares que implantaram o regime militar²⁴. Reafirmar a importância da moral e da religião – a partir do exemplo de Anchieta – parecia fazer sentido numa situação em que a sociedade estava polarizada entre os que apoiavam o golpe e a sua oposição.

Além das conferências, cujo tema central deveria ser a vida e a obra de Anchieta²⁵, e para as quais foram convidadas personalidades importantes da intelectualidade brasileira, assim como representantes do mundo cultural hispânico, a Comissão estava encarregada da organização – por sugestão do Papa Paulo VI – de uma Coletânea que reuniria a obra completa de Anchieta, a *Monumenta Anchieta* e do patrocínio do traslado, de Roma para São Paulo, de uma relíquia do Padre José de Anchieta²⁶.

Foi em razão dessa última iniciativa, que a sessão de abertura das comemorações contou com a presença de um representante do Papa, o padre Molinari, “no intuito de emprestar às comemorações o caráter de uma decisiva contribuição à campanha em prol da beatificação de Anchieta”.²⁷ A beatificação, se aprovada pelo Vaticano, celebraria as virtudes do *Apóstolo do Brasil* e reforçaria o modelo perfeito de cristão

que representava e seu papel na formação moral da nacionalidade. A presença de um representante do Papa, o padre Molinari, conhecedor do processo de beatificação de Anchieta, na Sessão de Abertura das comemorações, é destacada por Mesquita Filho:

[...] no intuito de emprestar às comemorações o caráter de uma decisiva contribuição à campanha em prol da beatificação de Anchieta dirigiu-se à Santa-Sé, rogando-lhe que indicasse um representante seu para figurar entre aqueles que estariam presentes nos festejos em organização. E foi com desvanecimento que, em resposta à solicitação, recebeu, logo a seguir, o nome do padre Molinari – o grande estudioso que no processo em curso no Vaticano desempenha o papel entre todos delicado de postulador da beatificação de José de Anchieta.²⁸ (grifo nosso)

Somando-se ao explícito empenho da Comissão pela beatificação de José de Anchieta, foram firmados convênios com a Universidade Nacional de Brasília, que produziu um filme para ser exibido nas escolas, e com a Escola de Arte Dramática de São Paulo, que subvencionou apresentações públicas dos autos teatrais anchietanos. A essas iniciativas, seguiu-se o incremento, sobretudo na segunda metade do século XX, da produção de biografias de Anchieta, visivelmente orientadas para a difusão de uma memória sobre Anchieta, como exemplo de santidade do Brasil e símbolo da moral pretendida pelo novo regime político²⁹. Pelo número de atividades, boa parte delas dispendiosas e que necessitaram, invariavelmente, contar com a influência e o apoio de vários setores, supõe-se que a Comissão teve acesso a um orçamento bastante generoso, como atestam os prêmios estipulados em 1 milhão e 500 mil cruzeiros para os vencedores do Concurso Literário.

Alimentando as chamadas do patriotismo

Se as primeiras biografias sobre o jesuíta José de Anchieta, mais especificamente as produzidas por Quirício Caxa³⁰ e Pero Rodrigues³¹, tiveram como principal motivação resgatar a vida do jesuíta para que este servisse de exemplo para outros membros da Companhia de Jesus, as obras publicadas nos séculos seguintes, sobretudo nos séculos XIX e

XX, evidenciaram outros objetivos: o da divulgação de suas profecias e milagres, visando à sua beatificação e canonização e o da construção e difusão de uma imagem heróica do missionário jesuíta.

Desde meados do século XIX, predominava no discurso historiográfico o tema relativo à questão nacional. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, é indicativa da necessidade da construção da idéia de nação brasileira:

Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX [...] a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito pelo contrário, a nova Nação brasileira se reconhece como continuadora de certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.³²

Na perspectiva de difundir a construção da idéia de nação, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro abriu espaço às biografias, consideradas importantes por fornecerem exemplos às gerações vindouras e valiosas por contribuírem para a construção da galeria dos heróis nacionais. As comemorações de centenários, especialmente, de fatos relevantes da nossa história ou do nascimento e morte de “heróis nacionais” passam a ser comuns a partir de então.

Em 1897 é comemorado, pela primeira vez, o Centenário da morte do Padre José de Anchieta. Nesta ocasião, foram realizadas várias conferências públicas sobre o seu trabalho missionário e sobre sua obra. Entre elas, destacamos: “*O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização no Brasil*”, por Eduardo Prado; “*São Paulo no tempo de Anchieta*”, por Theodoro Sampaio; “*Sublimidade moral de Anchieta. Exposição e análise do processo da sua beatificação*”, pelo Cônego Manuel Vicente da Silva, que ressaltam a importância da comemoração:

Rememorar as virtudes dos mortos, relembrar os feitos humildes, mas grandiosos, a dedicação, o sacrifício, o esforço, de que encheram sua vida, em benefício da pátria, em benefício da humanidade, é dever sagrado,

cujo cumprimento se torna fecundo e salutar. Nota-se que há, em nossos dias, um sentimento único a este respeito. Estão todos de accôrdo em fazer solemnizar os centenários dos grandes homens e das grandes descobertas. O nosso paiz não podia escapar a este movimento dos povos civilizados.³³

Das biografias produzidas no século XIX destaca-se “*Vida do Venerável Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*”³⁴ de Charles Sainte-Foy, cuja primeira edição em português é publicada em São Paulo, pela editora Jorge Seckler, no ano de 1878³⁵. No prefácio, o autor não apenas critica uma visão existente sobre a Companhia de Jesus, como reafirma a importância da contemplação e da santidade para os membros da Ordem:

Semelhante erro em relação à Companhia de Jesus, procede em França, do pequeno numero de vidas religiosas que da mesma se tem publicado: apenas se conhece a vida daquelles seus religiosos que por decreto da Egreja receberam as honras dos altares; e **ainda assim, em suas histórias, só se teve em vista a parte que respeita à vida activa, omitindo a intima e mystica que se refere à contemplativa.**³⁶ (grifo nosso)

Empenhando-se para a reversão desta visão, Sainte Foy dedica-se a escrever uma biografia de Anchieta, por considerá-lo

[...] homem incomparável que soube tão bem unir a vida mais activa à mais sublime contemplação, e cuja longa carreira é um tecido de contínua oração e milagres que, há menos de três séculos, **nos fazem lembrar os maiores thaumaturgos dos primitivos tempos da Egreja** [...] As feras mais indômitas em presença d'elle [Anchieta] esqueciam a ferocidade, e lhe faziam festa como criados a seu bom amo: as mesmas plantas, a seu modo, proclamavam-lhe **a sanctidade e o poder**, estremecendo com veneração sancta à sua passagem, e como que acarinhando os pés que as pisavam [...] Mostrou o nosso José em tão critica circumstancia uma coragem e paciência heróica: sabendo pela luz da sancta fê, quão precioso é partilhar a cruz de Christo senhor nosso, e padecer por seu amor, beijava humilde e amorosamente a mão que o feria.³⁷ (grifo nosso)

Essa percepção parece justificar a anexação, pelo autor, do “*Decreto de Beatificação e Canonização do Venerável Servo de Deus, José de Anchieta, sacerdote e religioso professo da Companhia de Jesus*”³⁸, que diz:

Aos trinta e um de Julho do corrente anno de 1736, em presença de Nosso Sancto Padre o Papa Clemente XII, teve logar a Congregação Geral dos Ritos **na qual o Reverendíssimo Senhor Cardeal Imperiali propoz a causa de beatificação e de canonização do Venerável Servo de Deus, o P. José Anchieta, religioso professo da Companhia de Jesus.** Nesta Congregação se propoz o seguinte quesito. “Se consta das virtudes theologaes e cardeaes do Venerável Servo de Deus, no caso e para o effeito de que se tracta”. Sua Sanctidade, depois de ouvir os votos dos Consultores e Reverendissimos Senhores Cardeaes, julgou que era melhor, segundo o costume, differir a solução da presente duvida, e invocar primeiro, tanto com suas supplicas como com as dos outros, o especial auxilio do Pae das Luzes. Depois do que, chamando Sua Sanctidade, neste dia, consagrado a S. Lourenço, ao Reverendo Padre Luiz de Valentibus, Promotor da fé, e a mim, Secretário abaixo assignado, ordenou que se desse resposta affirmativa à dúvida proposta, e que se declarasse: Constar das virtudes do Venerável Servo de Deus, José Anchieta, em grao heróico, no caso e para o effeito de que se tracta, tanto das Virtudes theologaes, a saber: fé, esperança e caridade; como das cardeaes, prudência, justiça, fortaleza e temperança.

Passado a 10 de Agosto de 1736

A. F. Cord. Zondadari, Pref.

T. Patriarcha de Jerusalém

Secretário da Sagrada Congregação dos Ritos³⁹

Em 1914, no Primeiro Congresso de História Nacional, promovido pelo IHGB, a Companhia de Jesus e José de Anchieta seriam alvo da atenção dos confrades⁴⁰:

Considerando que o nome da Companhia de Jesus se acha indissolavelmente ligado à História do Brasil, e, de modo tão estricto que relembrar os seus fastos e assignalar ao mesmo tempo os extraordinarios serviços que na triplice missão humanitaria, politica e social, prestaram os jesuitas

ao Brasil, durante mais de dois séculos, evangelizando as tribus selvagens, salvaguardando o princípio da moralidade, em face da corrupção e execrável cubiça dos colonos, **alimentando a chama do patriotismo, que repeliu as missões estrangeiras, concorrendo eficazmente para a conservação da unidade e integridade da nação**, e difundindo por toda parte a cultura intelectual que preparou o surto brilhante da nossa literatura.⁴¹ (grifo nosso)

Também, no Primeiro Congresso Internacional de História da América, que ocorreu em 1922, inserindo-se nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil, mereceram destaque os temas relativos à atuação da Companhia de Jesus na América. Todas essas iniciativas se preocuparam em demonstrar a importância dos jesuítas e, especificamente de Anchieta, como um elemento central na construção de uma identidade nacional. Uma identidade fortemente assentada em valores religiosos e morais.

Em relação às biografias produzidas sobre Anchieta no século XX – sobretudo, as que se concentram entre as décadas de vinte a setenta e que abarcam tanto os governos Vargas, quanto aquele que antecedeu o golpe militar⁴² – pode-se dizer que antecipam o que viria a se concretizar através da instituição do Dia de Anchieta, em meados da década de sessenta, ocasião em que intelectuais e governantes se valeram da força moral do missionário jesuíta para difundir um projeto de defesa da integridade do território e de luta contra as ameaças estrangeiras.⁴³

Na década de 1920, a representação de um Anchieta estrategista militar também aparece, reforçando a associação ideal entre o militar e o missionário:

Pela *urbs*, contra os nômades, pela fé, contra os calvinistas, **Anchieta expõe serenamente a vida em todas essas lutas. O seu gesto reaccende o valor, a sua palavra reanima a crença das hostes portuguesas.** [...] Justo e crente, o novo emissário [Men de Sá] do rei, fidalgo de sua casa e do su conselho, voltou à primeira aliança, em que se fundiam governo e apostolado nos mesmos ideais.⁴⁴ (grifo nosso)

Ainda na década de trinta do século XX – mais precisamente, em 1934 – o dia 19 de março foi declarado feriado nacional, em homenagem a Anchieta⁴⁵, e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil promoveu um Ciclo de Conferências sobre o “Apóstolo do Brasil”. A coletânea que reuniu estas conferências foi publicada em 1935, sob a organização de Max Fleiuss, membro do IHGB, reunindo ilustres convidados como Celso Vieira, o Conde Afonso Celso, o poeta Jorge de Lima e o jesuíta e fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Padre Leonel Franca.

O tom das conferências foi o da valorização de Anchieta como expoente no projeto de conversão e de civilização dos indígenas, destacando, ainda, seu empenho na moralização dos costumes da sociedade colonial, e, principalmente, sua decisiva atuação na integração do território e como protagonista e como estrategista militar na expulsão dos franceses. Um forte apelo à moral e à defesa do território, próprios do projeto nacionalista do governo varguista⁴⁶, podem ser observados no discurso de abertura das conferências alusivas ao Centenário Anchietano, proferido pelo Conde Afonso Celso:

Considerando que o nome da Companhia de Jesus se acha indissolavelmente ligado à História do Brasil, e, de modo tão estrito que lembrar os seus fastos e assinalar ao mesmo tempo os extraordinários serviços que na tríplice missão humanitária, política e social, restaram os jesuítas ao Brasil, durante mais de dois séculos, evangelizando as tribus selvagens, **salvaguardando o princípio da moralidade em face da corrupção e execrável cúbica dos colonos, alimentando a chama do patriotismo, que repeliu as missões estrangeiras, concorrendo eficazmente para a conservação da unidade e integridade da nação**, e difundindo por toda a parte a cultura intellectual que preparou o surto brilhante da nossa literatura.⁴⁷ (grifo nosso)

Os participantes desse Congresso, em sua maioria, vincularam Anchieta à defesa do território e à difusão da fé cristã, ressaltando a importância da Igreja e do missionário para a nacionalidade brasileira:

Eis porque, no grande Apóstolo do Brasil, podemos saudar sem exageros, o pai da nossa nacionalidade. Pai

da nossa pátria não só porque o encontramos, com a sua atividade multiforme e incansável a instituir e propulsar os órgãos da nossa vida social, fundando as grandes metrópoles, abrindo escolas, defendendo a integridade do território, inaugurando no teatro, na poesia, na história, na didática, na oratória, a nossa literatura, **mas pai da nossa pátria principalmente porque na sua grande alma resumiu os princípios vitais na sua formação e as aspirações mais puras e mais nobres da alma brasileira.**⁴⁸ (grifo nosso)

Nas conferências se impõe a imagem de Anchieta como o “*Pai da Nação*” e “*Construtor da Nacionalidade*”, como se pode constatar na fala do Padre Leonel Franca:

No berço das nacionalidades **costuma a Providência suscitar a grandeza de um vulto que emerge na confusão imprecisa e tumultuária do ambiente**, com a nitidez bem vincada de um relevo singular. Nessas épocas difíceis de tudo o que começa, quando se lançam os primeiros fundamentos de uma grandiosa estrutura política e se caldeiam os elementos informes de que sairá a unidade homogênea da alma de um povo, **esta personalidade privilegiada encarna em si as mais puras aspirações da pátria que nasce, e contribui, com energia heróica do se esforço, para transformá-las numa realidade duradoura.** É um homem de inteligência e de coração; aberto às atrações infinitas do ideal e dócil às exigências imperiosas das coisas concretas; que vive todo para o presente sem nunca esquecer a grandeza das perspectivas que comportam as esperanças do futuro. É centro de coordenação em torno do qual cristalizam os elementos vivos e assimiláveis, dispersos na massa amorfa e centro de irradiação do qual partem, em ondulações crescentes, vibrações contínuas de calor e de luz; **é um fundador e um organizador: um princípio de ordem e uma fonte de entusiasmo; suscita e orienta energias; e, com o volver dos séculos, transfigura-se no símbolo de uma nacionalidade, na síntese de suas tradições, alvo da gratidão e do amor dos seus filhos: numa palavra, o pai imortal de um grande povo. [...] Ele é ainda o símbolo da nossa nacionalidade:** as idéias que semeou com gesto esplêndido nestas terras virgens, os sentimentos generosos

e delicados de que ele nos deu os exemplos mais puros, **o precioso patrimônio moral que nos legou a grandeza heróica do seu apostolado, é o de que ainda vive, é o de que viverá sempre o Brasil. A dela alma de Anchieta queremos seja sempre a alma da família brasileira.**⁴⁹ (grifo nosso)

O secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Max Fleiuss, no entanto, não descuida de destacar a santidade de Anchieta:

Inteligência viva, penetrante, perspicaz, servida por uma memória singularmente feliz: atividade iluminada, enérgica e constante, vitoriosamente realizadora na imensa variedade de empreendimentos a que se aplicou durante quase meio século; teremos com estes dois traços profundos caracterizado toda a fisionomia de Anchieta? Ainda não. **As qualidades da natureza, de um interesse psicológico incontestável, não bastam para reproduzirmos, fiel e autêntico, o retrato de um santo. E santo, antes de tudo, foi Anchieta.**⁵⁰ (grifo nosso)

Em 1954, esta visão ainda persiste, sendo que Anchieta aparece mais uma vez como um líder, que soube articular a resistência à ameaça estrangeira e empregar a força de forma estratégica. Também na biografia “*Anchieta*”, escrita por Joaquim Thomaz – e encomendada pela Biblioteca do Exército – o caráter militar da atuação do jesuíta Anchieta é salientado:

Desembarcaram junto ao Pão de Açúcar, no lugar depois denominado Vila Velha, fortificaram-se e saíram denodadamente ao encontro do inimigo. Foi uma guerra lenta, atrocíssima, durante a qual equivaleram-se em valor e coragem ambos os contendores. Houve um momento em que a vitória pendeu para o lado dos bárbaros, quanto estes acossaram os portugueses cercando-os no seu reduto. **José [de Anchieta] e o seu companheiro, animando as legiões, encorajando-as, deram prova de intrepidez, num inaudito esforço para levantar o moral da tropa.** Os assaltos sucediam-se sem qualquer solução definitiva, até que chegou o momento em que José foi chamado à Bahia, onde deveria receber as ordens sacras e dar conta a Men de Sá dos acontecimentos insolúveis da guerra.⁵¹ (grifo nosso)

As obras que participaram do *Concurso Literário* promovido pela Comissão Nacional⁵² encarregada das comemorações do “Dia de Anchieta” revelam o significativo empenho dos autores em reforçar a religiosidade e a moralidade em Anchieta, o que está, inevitavelmente, associado ao contexto histórico desta produção, em que o medo do comunismo levava milhares de pessoas à rua, que em defesa da religião e da integridade da família, apoiavam e legitimavam o golpe militar.

A obra “*Anchieta, o Apóstolo do Brasil*”, do Pe. Hélio Abranches Viotti⁵³, obteve o primeiro lugar no *Concurso Literário* promovido pela Comissão Nacional. Em 1965, ainda estava muito presente a vitória da “Direita” contra as idéias “esquerdistas” de João Goulart, o que pode ser constatado em várias passagens em que são feitas críticas ao materialismo de Marx:

As filosofias materialistas mutilam completamente a explicação histórica do progresso humano, ao reduzir seus fatores todos – naturalmente correlativos à complexidade de nossa natureza – ao fator econômico exclusivamente. A verdade é que a própria prosperidade econômica depende também de fatores de ordem moral. O desenvolvimento do Brasil nesse primeiro século está claramente vinculado ao seu progresso moral. E este, não menos claramente, ao influxo religioso.⁵⁴ (grifo nosso)

Neste período, setores da Igreja, da sociedade civil e do Estado estavam empenhados na busca por personagens e símbolos que agregassem valores morais e religiosos aos defendidos pelo poder estatal. Anchieta mostrou ser o elo ideal entre estes dois objetivos, representando a união entre os interesses da Igreja e do Estado contra a ameaça estrangeira que, no contexto de 1965, era o comunismo. Esta premissa aparece na seguinte afirmação de Viotti:

Se, pela concepção materialista dos discípulos de Marx, Anchieta e seus companheiros são réus do crime de terem interrompido abruptamente uma cultura primitiva, digna de ser preservada, aí está uma perspectiva de civilização, na qual ainda hoje poderíamos estar vivendo, à moda tapuíá, ou dos tupiniquins e tupinambás. A uma tal consequência leva o seu raciocínio... Livres sobretudo das restrições impostas pela civilização inspirada no Evangelho!⁵⁵ (grifo nosso)

Para o Padre Viotti, Anchieta foi o grande civilizador, aquele que converteu os indígenas à fé católica, garantindo a sua salvação:

No seu zelo da salvação das almas dos Brasis, não perdia tempo o jovem José de Anchieta. De palavra e por escrito, empenhou-se totalmente na **magna empresa da conversão dos infieis do Novo Mundo**. Ia juntando assim os títulos legítimos, que lhe mereceram da autoridade eclesiástica, por ocasião de suas exéquias, o epíteto inteiramente justo de **Apóstolo do Brasil**.⁵⁶ (grifo nosso)

O autor procura, a todo o momento, ressaltar Anchieta como uma figura heróica, como um santo e um servo de Deus:

Um jovem religioso, de vinte anos incompletos (já não era um noviço), dotado de notável talento, invejável memória, grande energia de vontade, único que possuía formação humanística, por sinal, esmerada, sustentaria esse colégio. Chamava-se José de Anchieta. **E vinha timbrado pela santidade**. [...] **É que o santo, que transmitia a palavra de Deus**, se revestia ainda de outras qualidades humanas: inteligência invulgar, memória privilegiada, extraordinários dotes psicológicos.⁵⁷ (grifo nosso)

É interessante observar que, embora as outras biografias já apresentassem Anchieta como santo e herói, caberá a Viotti a fusão destas representações, destacando tanto a participação do jesuíta na defesa do território português, quanto a bondade e a resignação que o caracterizou nos últimos anos de vida:

Para realçar ainda o valor dessa obra, recordem-se as condições de verdadeiro heroísmo, em que, exilado entre selvagens truculentos, elaborou Anchieta seus belíssimos elegíacos. [...]

Com a síncope que sofreu, ao levantar-se uma noite a fim de preparar medicação para outro doente, agravou-se o seu estado. Pela manhã do dia 9 de junho pediu o Viático. Testemunhas de visita, entre eles o Pe. João Fernandes, que lhe administrou os sacramentos, descrevem as circunstâncias de sua morte de santo. **Morte que correspondeu inteiramente à sua longa vida de piedade e de heroísmo cristão**. O corpo foi transportado aos ombros dos índios para Vitória e aí sepultado na Igreja de

São Tiago. Em meio ao pranto dos assistentes, o prelado do Rio de Janeiro, Bartolomeu Simões Pereira, que lhe celebrou as exéquias, o proclamou então Apóstolo do Brasil.⁵⁸ (grifo nosso)

A biografia “*Anchieta o Apóstolo do Brasil*”, do Pe. Hélio Viotti, consagra, no século XX, a imagem de santo e de herói do jesuíta José de Anchieta construída já no século XVI. Evidencia, também, a intenção política da obra, ao vincular uma imagem apologética do missionário aos valores morais e religiosos conservadores defendidos pelos setores sociais que implantaram o regime militar.

Dentre os outros autores desse mesmo período, destacamos Álvaro do Amaral, cuja obra “*O Padre José de Anchieta e a Fundação de São Paulo*” foi premiada pela referida comissão, no ano de 1966, e da qual participou o Padre Hélio Viotti S. J., que assina o Prefácio da obra de Álvaro do Amaral.

Na introdução de sua obra, Amaral refere-se à instituição do Dia de Anchieta pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como um “momento de inspiração do mais puro patriotismo”. Também faz referências ao discurso proferido por Julio de Mesquita Filho, na abertura das conferências realizadas em 1965, e ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Agnello Rossi, que, em missa oficiada no Pátio do Colégio, em 9 de junho de 1965, fez uma oração, reproduzida em parte por Amaral:

Bem agiu, portanto, o Exmo. Presidente Humberto Castelo Branco, num ato de fidelidade e de reconhecimento das nossas mais belas tradições cristãs, instituindo o “Dia de Anchieta” para que o povo brasileiro retempere no ideal cristão suas energias e pela meditação das virtudes do ínclito sacerdote e bandeirante procure imitar seus exemplos e multiplique suas preces a Deus para que possamos quanto antes, venerá-lo em nossos altares como o **Santo Símbolo de Nossa Nacionalidade** [...].⁵⁹ (grifo nosso)

Resgatar a memória de Anchieta, que vinha sofrendo um desgaste desde 1954, por ocasião das comemorações do IV Centenário de fundação da cidade de São Paulo, parece ser o intuito principal do autor com esta obra. Nas próprias palavras de Álvaro do Amaral:

Desde 1954, quando se comemorou o IV Centenário da nossa cidade, vêm os paulistanos assistindo a uma estranha disputa, entre entendidos em História, pelos postos-chave da Fundação. No seu pendor sentimentalista, a nossa gente gostava de ver no Irmão José, adolescente e suave taumaturgo, mestre e poeta, a figura central do nascente burgo jesuítico. Popularmente, não era possível separar de São Paulo o nome de Anchieta, o “Apostolo do Novo Mundo”. Entretanto, conseguiram os estudiosos desviar essa mística fumarada de incenso votivo para a imagem do vice-provincial Manuel da Nóbrega. Mais tarde, esclareceram que o celebrante da missa de 25 de janeiro foi o Padre Manuel de Paiva. E agora, assentaram que o primeiro mestre-escola do Colégio de Piratininga foi o Reverendo Antônio Rodrigues. De sorte que José de Anchieta vai recuando, recuando, envolto numa névoa opaca, para um obscuro recanto da Verdade Histórica.⁶⁰

O autor continua referindo-se aos fatos ocorridos por ocasião do IV Centenário, criticando a postura adotada pelo diretor do Arquivo Histórico Ultramarino e por Serafim Leite⁶¹:

Convidado por estrangeiros, um representante da “brava gente lusitana”, traíndo a fidalguia dos verdadeiros representantes da nossa Mãe-Pátria, timbrou em obscurecer a posição de José de Anchieta naquele magno acontecimento, para enaltecer alguns portugueses em detrimento daquele verdadeiro idolo de nós brasileiros [...] “Chegou ao cúmulo de acertar com o seu Govêrno a remessa de um magnífico acervo de peças do mais subido valor histórico, mas dentre as quais não aparece uma única que se refira a Anchieta! [...] Seria somente ignorância do Sr. Alberto Iria, note-se, Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino?! [...] O Padre Serafim [Leite] acusou os Conferencistas paulistas de 1897 de terem criado um movimento emocional em torno de Anchieta, para proclamar o maior dos Jesuítas, da fase heróica, no Brasil.⁶²

A obra de Álvaro do Amaral é, portanto, mais uma contribuição ao resgate da vida e da obra de Anchieta no contexto da implantação do regime militar no Brasil e da proposição de sua beatificação:

[...] com a intenção de chamar a atenção dos paulistas e de todos os brasileiros em geral, para aquele que é o Taumaturgo que continua a velar pela felicidade da nossa Pátria, solicitando ao bom Deus que apresse a sua Canonização com a qual, estamos certos, maiores serão as bênçãos que ele fará espargir sobre a sua Terra, sobre a sua Pátria.⁶³

O “inexausto integracionista”, que repeliu “as missões estrangeiras”, teria valorizada sua conduta moral e missionária pelos setores militares e civis, logo após o golpe de 1964, como ressaltado por um dos participantes do Ciclo de Conferências⁶⁴ e colaborador da *Anchietana*⁶⁵, João de Scantimburgo⁶⁶, para quem

De Anchieta se pode dizer que foi o primeiro integracionista; animado pela fé, pôs a inteligência e a vontade na consecussão desse fim, e conseguiu-o. **A nação brasileira começou a amoldar-se com os capitães gerais [...] mas quem lhe soprou o primeiro hálito de vida foi Anchieta, o inexausto integracionista.** Trazendo para o Brasil o crucifixo como única arma, a fidelidade ao sangue de Cristo como suprema virtude, e a obediência como rija qualidade, **Anchieta aproxima índios e portugueses, integrando-os na bela obra que é a nação brasileira cujo batismo foi ato de suas santas mãos.**⁶⁷ (grifo nosso)

Em vários momentos do texto, Scantimburgo reafirma que Anchieta foi, efetivamente, um construtor da integração nacional, e manifesta sua preocupação em relação ao que classifica de “solapamento da integração brasileira”, já que

[...] os brasileiros do nosso tempo, tomados pela fúria dos neologismos e das novidades, falam muito em integração como se fosse uma descoberta recente de políticos [...] dois campões teve o Brasil na integração: o trono e a Igreja. [...] Muitas vezes externei meu temor, de que o Brasil viesse a se desintegrar. **A nação de dimensões continentais, admiravelmente unívoca, é subvertida, é solapada por forças revolucionárias [...] Podemos resistir, e muito, ainda, mas temos que retemperar a nossa fé, e reforjar os nossos sentimentos de brasilidade, com os exemplos do passado, sobretudo com o exemplo de Anchieta.**

[...] Este é o aspecto que me proponho salientar nestas comemorações anchietanas, o integracionismo [...] Não pode haver maior símbolo para se contrapor á subversão revolucionária, que rastilha pelo Brasil, abalando a solidez da família, destruindo a confiança dos trabalhadores, danificando a empresa, pervertendo a juventude, numa palavra, desintegrando a nação, no que ela tem de mais puro, que é a sua quatrisecular tradição religiosa e seus sentimentos democráticos.⁶⁸ (grifo nosso)

Como se pode constatar, tanto as biografias, quanto os discursos e as conferências que integram a Coletânea *Anchietana*, favoreceram a construção e a difusão da figura heróica do jesuíta Anchieta, o maior exemplo de santidade do Brasil e símbolo da moral pretendida pelo novo regime político.

O retrato de um Santo

Ao lado do missionário integracionista aparecem, de forma bastante recorrente, as descrições de seus milagres, o que se pode ser constatado tanto numa obra produzida ao final do século XIX, como a de Sainte Foy, quanto numa produzida na década de setenta do século XX. Ambas tratam Anchieta como santo e taumaturgo:

Grande era a carestia de azeite em todo o paiz, e se bem na referida residência houvesse uma porção bastante para o gasto da casa, teve logo de exaurir-se; por quanto, além do que se usava no Collegio e em duas Egrejas, ordenava o superior que delle desse a todos os pobres que viessem pedir. Tinha-se esgotado o barril, e já o haviam lavado para destinal-o a outro uso. – Ainda dará azeite por muito tempo – **dice o Sancto homem.**

Entretanto chegam outros pobres, e o P. Anchieta diz ao dispenseiro, de que azeite quer V.R. que eu lhe dê? O barril, como V.R. pode ver, está completamente vazio. **Havia ali perto uma bica d'agua; e o Padre mandou-lhe que fosse apara-l-a em uma vasilha: assim o fez, e da bica saiu azeite em abundancia. Espantado o dispenseiro, dice com admirável ingenuidade, ao servo de Deus – Que quer que lhe diga, se V.R. é um sancto.**⁶⁹ (grifo nosso)

Magnificas foram as exéquias que se lhe fizeram, com a

assistência de todas as Ordens da cidade. A oração fúnebre foi feita pelo Reitor da Igreja; o qual com arrebatadora eloquência teceu os louvores do servo de deus, sem reacar altamente proclamal-o – **O Apóstolo do Brasil, o novo Adão, um anjo de pureza, e finalmente um varão consummado em perfeição, que rivalizava com os maiores Sanctos canonizados pela Sancta Igreja.**⁷⁰ (grifo nosso)

Com a morte do Apóstolo Taumaturgo **não cessaram os prodígios**: continuaram, e continuam até nossos dias, **os favores celestiais que ele obtinha em vida aos que recorriam à sua intercessão.**⁷¹ (grifo nosso)

A biografia “Anchieta”, produzida por Celso Vieira, ressalta os efeitos dessa percepção e crença nos poderes taumatúrgicos do missionário na sociedade colonial:

A criação oracular e thaumaturgica da lenda anchietana, começada em Piratininga, desenvolvida em Iperuig e S. Vicente, prosseguia no Rio de Janeiro, incorporando **novos sucessos, tidos por miraculosos.** [...] Florescia no berço da própria cidade a lenda colonial de um **sancto guerreiro e domestico.**⁷² (grifo nosso)

Esse renome de oráculo e thaumaturgo desabrochava a seu pesar, contra a sua modéstia. Nunca se arrogou Joseph de Anchieta semelhante poder, teve sempre a explicação natural do bom senso e da fé christã [...] Credo na força interior e suprema da oração, nunca se exhibiu o missionário, entretanto, como adivinho, mago, confidente ou eleito de Deus. **Formou-se a lenda carregada de milagres, illusoriamente, a despeito da sua palavra singela e verídica.**⁷³ (grifo nosso)

Nas citações abaixo, extraídas das biografias produzidas por Sainte Foy, de 1878, e a de Joaquim Thomaz, de 1954, percebe-se que a santidade de Anchieta é vinculada a sua fé e a uma conduta de obediência e/ou submissão, tanto em relação aos seus superiores, quanto à vontade divina:

Dizendo um dia certo religioso em sua presença, que para viver feliz na religião, cumpre que cada qual completamente se esqueça de si mesmo, e totalmente se entregue nas mãos dos superiores: É bem verdade, respondeu, e disso tenha

longa experiência; por quanto, **desde que entrei noviço e me puz nas mãos da obediência, tenho vivido sempre feliz e contente, pois nada consola tanto nem dá tanta tranqüilidade, como estarmos certos que em tudo o que fazemos, somos gratos a deus, e fazemos sua sancta vontade.**⁷⁴ (grifo nosso)

Anchieta é poeta clássico, de esmerada formação humanística e poeta popular ao contato das nações selvagens; orador, que argumenta com autoridade e evangelizador, que cativa pela suavidade; **no trato com as autoridades, mostra-se diplomata consumado, ao passo que brilha diante de indígenas pela sua amabilidade; dotado de uma enérgica vontade, reveste-se sempre de humilde submissão à graça divina.** Nos seus quarenta e quatro anos vividos no Brasil, uma atmosfera religiosa envolve todos os seus passos. **Nem os fatos miraculosos e às vezes lendários faltam ao taumaturgo, para completarem o quadro sublime em que se movia Anchieta.** [...]

José de Anchieta esgotava-se em afãs multiformes, mestre, discípulo e aprendiz. Traduzia a doutrina cristã para a língua brasílica e vertia do latim mistérios e autos, cantos religiosos, canções de edificação do espírito. **Não conhecia fadiga nem esta lhe abalava a saúde. A fé transformava-o e aos seus doze apóstolos em pioneiros eloqüentes.** Formaram efetivamente a equipe excepcional que alicerçou um edifício tão alto e sólido, que os céus, como um milagre da Cristandade, **como um pendão de progresso e civilização, como um hino que alegra os ares e uma benção que fecunda a terra e a faz germinar em flores.**⁷⁵ (grifo nosso)

Já Simão de Vasconcelos⁷⁶, o terceiro biógrafo de Anchieta, enaltece a qualidade da humildade do missionário jesuíta, apresentando-o como modelo de conduta, revelando a composição de uma imagem de herói e de santo:

[...] Lavrava aqui **um homem raro, um santo único**, um exemplar de varões ilustres, **composto das perfeições de muitos.** Um José na castidade, um Abraão na obediência, um Moisés nos segredos do céu, um Elias no zelo e um David na humildade. Um portento de maravilhas e um assombro do mundo.⁷⁷

Com esta extremada pobreza continuou José por toda a sua vida, crescendo sempre até o supremo grau, **que os grandes santos procuram**. Não só deixava as coisas do mundo, com efeito e efecto, desprezando o supérfluo, mas também o necessário, que **é a perfeição maior neste gênero, a que chamam os santos *paupertatem necessariorum*** [...] pretendia em tudo imitar a pobreza de Cristo crucificado, que é o exemplo de sua carta. **Foi finalmente um modelo cabal da pobreza a todos os que em seu tempo viveram, e o deve ser aos que hoje vivem.**⁷⁸ (grifo nosso)

O biógrafo jesuíta, “mais até do que os outros biógrafos [...] exalta o dom de profecia e os milagres do padre Anchieta”⁷⁹, apresentando uma relação de “cento e dezessete milagres que teriam envolvido Anchieta tanto em vida quanto após sua morte”, dentre os quais, destacamos:

Estava o colégio falto de peixes; dependia das redes, que tinham mandado lançar ao mar, porém estas se tornaram sem efeito alguns, dizendo os lançadores o que os apóstolos a Cristo: *per totam noctem laborantes nihil cepimus*. Viuse a comunidade com aperto, deu-se aviso ao padre José que o refeitório não tinha que comer, aquele dia. Não vos agasteis, disse, chamai-me cá o lançador de redes; e, ouvindo as escusas que dava, que não era maré, nem conjunção de pesca, o levou a uma janela e lhe mostrou certo lugar da baía, que de lá aparece, dizendo: ide, lançai ali as redes e não botais ali mais que um lançaço, enchei o barco de peixe e vinde logo, que tem necessidade a comunidade. Obedeceu o pescador e, sendo maré cheia e contra regra de pescaria, qual outro S. Pedro, *in verbo tuo laxabo rete*, sucedeu que foi tanto peixe de um só lançaço, que se rompia a rede [...]⁸⁰

A produção de biografias tem fundamental importância no encaminhamento e na tramitação dos processos de beatificação e de canonização podendo “ser encarada com uma primeira tentativa efetiva de formalização da história de vida do santo e da devoção dedicada a ele [...] e que, “através do método histórico-crítico” prove “a existência do santo (ou do candidato a santo), afastando-o dos domínios do lendário, da oralidade e das crenças não aprovadas pela instituição”.⁸¹

Para ambos os processos – o de beatificação e o de canonização –, importam não apenas os interesses dos grupos envolvidos, mas o atendimento das condições exigidas pela Igreja, que “alega que deve haver uma combinação de fatores: os milagres e feitos extraordinários propriamente ditos e a fama de cristão exemplar, ou seja, deve-se ter conhecimento também de feitos que imitem as ações das grandes personalidades do Cristianismo, começando, obviamente, pelo próprio Cristo.”⁸²

Além disso, um processo formal de canonização somente é instituído quando “existir fama de santidade”, e quando o santo tiver “uma personalidade marcante” e estiver “identificado com um determinado grupo de fiéis. Esta identificação é essencial para que o santo continue sempre vivo no imaginário religioso deste hipotético grupo.”⁸³

Quanto aos trâmites envolvidos num processo de canonização, estes datam de 1588, quando o Papa Sixto V cria através da Bula Papal *Immensa Aeterni Dei*, a “Congregação dos Ritos”, cuja função, entre outras atribuições, era a de cuidar das causas dos candidatos a santos na Igreja Católica, papel que antes era realizado pelos bispos locais, sem o rigoroso processo burocrático exigido por Roma. De acordo com Jurkevicz, o processo de canonização “assumiu uma forma explícita de um julgamento que contava, de um lado, com um funcionário da Cúria – o Promotor da Fé, ou “Advogado do Diabo” e, do outro, o postulador da causa, isto é, o representante do aspirante a santo.”⁸⁴

Pode-se dizer que a Causa da beatificação de José de Anchieta teve início com o Processo Informativo do Rio de Janeiro, de 1602-1603, que foi entregue ao Provincial Pero Rodrigues, e contava com “Cinco Feitos de Testemunhas Autênticas. Em 1618, a Congregação Provincial dos Jesuítas do Brasil, reunida no colégio da Bahia, formulou um “Postulado” ao Padre Geral Múcio Vitelleschi para providenciar a “Introdução da Causa”. Seguiram-se os primeiros Processos Diocesanos, entre 1620 e 1623, que foram remetidos à Roma, e, posteriormente, foram iniciados os Processos Apostólicos, que apesar de terem observado os mesmos trâmites, não foram examinados porque a reforma da legislação canônica sobre os Processos das Causas dos Santos já estava sendo preparada, custando a primeira paralisação da Causa.

Em 1634, o Papa Urbano VIII decretou a necessidade de se esperar no mínimo cinquenta anos após a morte do candidato para o início do processo de beatificação, com o fim de eliminar qualquer influência pessoal no processo.⁸⁵ Em 1642, o Papa proibiu a “prática devocional dedicada a candidatos à santidade. Enquanto a santidade do candidato não fosse provada, o culto público a sua pessoa era ilegítimo sob um ponto de vista teológico, portanto, proibido”.⁸⁶

A Causa seria retomada por Decreto de 10 de fevereiro de 1652, pelo Papa Inocêncio X, com a instauração de um processo que comprovasse a não existência de culto público. Por este decreto, Anchieta recebeu o título de *Servo de Deus*, que precede ao título de *Venerável*. O processo seguiu sem interrupções até 1668, quando a própria Companhia de Jesus encaminhou “Postulação Geral” requerendo a suspensão, que, segundo o Pe. Murillo Moutinho, pode estar relacionada com “a falta de recursos financeiros para as pesadas despesas processuais em vista da má situação financeira em Portugal e Brasil, após as guerras contra Holanda e Espanha [...] ao desastrado reinado de Afonso VI [...] aos problemas internos da Companhia de Jesus no Brasil.”⁸⁷

Apesar de a Causa ter sido retomada em 1702, com a remessa à Roma dos quatorze antigos processos, acompanhados de cartas remissórias para o novo processo de Milagres, o processo sofreu inúmeras prorrogações até 1726, quando foram validados os processos sobre novos milagres e os demais que já haviam sido realizados nos anos anteriores. Em 10 de agosto de 1736, o Papa Clemente XII reconhecia a santidade de Anchieta, mediante “*Decreto das Virtudes em Grau Heróico Praticados pelo Venerável Servo de Deus o Padre José de Anchieta*”. De acordo com o Direito Canônico vigente, faltava a aprovação de dois milagres para a sua Beatificação e mais dois outros milagres para a sua Canonização.

Esmolas para a Causa continuavam a ser recolhidas e surgiam notícias de milagres obtidos com preces dos devotos e com a aplicação das relíquias de Anchieta. O Decreto de expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios – de 3 de setembro de 1759 – provocou sua prisão e deportação, bem como o confisco de seus bens, que incluía manuscritos, dentre os quais um exemplar das *Vidas dos Padres e Irmãos falecidos no Brasil*, escrito por Anchieta, e algumas de suas poesias. Por ordem de Pombal, ministro de D. José, os ossos de Anchieta – “num bauzinho

de jacarandá em que estão quatro ossos inteiros, das canelas, braços e pernas do Venerável Padre Anchieta” – seguiram no mesmo navio que transportou os religiosos expulsos.

Tal como os ossos – que, extraviados, foram recuperados apenas em 1964 – a Causa da beatificação de Anchieta também precisou aguardar pelas últimas décadas do século XIX para ser retomada⁸⁸, podendo ser creditada ao empenho do Bispo de Olinda, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e, também, da Princesa Isabel⁸⁹. Em 1897, o Episcopado Brasileiro dirigiu carta ao Papa Leão XIII, na qual referia-se ao Terceiro Centenário de Morte de Anchieta e denominava-o de “*Apóstolo e Taumaturgo do Brasil*” e de “*Padroeiro da Nação Brasileira*, solicitando a promoção de sua beatificação. À retomada do Processo de Milagres, em 1898, seguiu-se a solicitação da beatificação de Anchieta pelo Episcopado da América Latina. Dois anos depois, seriam abertos Processos Apostólicos sobre os milagres que, após avaliação, seriam indeferidos em 1910. Foram as comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, em 1922, que oportunizaram nova manifestação dos apoiadores da causa – cultores e devotos de Anchieta –, em virtude da demolição da antiga Igreja dos Jesuítas, instalada no Morro do Castelo.

É importante destacar que, em 1917, a reformulação do Código de Direito Canônico determinaria que a fase inicial do processo de beatificação deveria ser realizada pelo Bispo local que se encarregaria de “fazer uma busca de todos os escritos do candidato e abrir dois processos: um sobre a vida e os feitos – e o martírio caso este houvesse – do servo de Deus e outro sobre a ausência de culto público devotado a sua pessoa.”⁹⁰ Em 1930, o Papa Pio XI criaria a *Seção Histórica da Congregação dos Ritos*, órgão responsável pelas causas em que a inquirição de testemunhas vivas já não era possível.⁹¹

O IV Centenário do Nascimento de Anchieta, em 1934, e o IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus, em 1939, estimularam uma série de comemorações e solenidades, em que foi reforçado “o milagre da continuidade da fama da santidade” de Anchieta, “um elemento de excepcional valor para consolidar a nacionalidade”.⁹²

Iniciativas como a doação de um monumento, uma estátua de Anchieta, *Apóstolo do Brasil*, a ser instalada na Praça da Sé, pela Sul America Companhia de Seguros, e o apoio diplomático e financeiro

prestado pelo Ministério das Relações Exteriores, ao Pe. Helio Viotti, promotor da Causa de Beatificação de Anchieta, para o levantamento dos antigos processos de canonização e de toda a documentação anchietana conhecida em arquivos europeus e nas Ilhas Canárias, atestam que a “fama de santidade” tinha seus postuladores também entre os leigos. Leigos que se tornariam responsáveis pela fundação do Movimento Nacional Pró-Canonização do Venerável Padre Anchieta, em 1962.

Entre 1963 e 1965, ano da instituição do “Dia de Anchieta”, o empenho pela beatificação se intensificou, com o lançamento da Campanha Anchietana, divulgada em todos os Diários Associados, em estações de rádio e televisão, o envio da *Carta Postulatória da Beatificação* pelo Presidente João Goulart e a audiência do senador Danton Jobim com o Papa Paulo VI. O Decreto de 18 de janeiro de 1965, que instituiu a data alusiva a Anchieta, deve ter renovado as esperanças de religiosos e de leigos católicos na obtenção do apoio político e, principalmente, de financiamento para a dispendiosa Causa da beatificação. A inauguração de monumentos, o financiamento da produção de filme e documentários e a proposição de palestras e sessões cívicas realizadas nas escolas públicas podem ser interpretados como uma forma concreta de apoio, por difundir na população a fama de milagreiro de Anchieta, o *Taumaturgo do Brasil*, e por potencializar notícias e evidências de curas realizadas pela intercessão do missionário jesuíta.

Em três ocasiões, em 1969, 1974 e 1977, o Episcopado Brasileiro encaminhou correspondência ao Papa, “propondo a dispensa dos milagres em espécie, bastando a fama dos muitos milagres contidos nos Processos”.⁹³ Em 1979, ano em que o então Vice-Postulador Nacional da Causa da beatificação, Pe. Murillo Moutinho, se reuniu com o Ministro da Educação e Cultura, para tratar dos preparativos para o IV Centenário da Morte de Anchieta em 1997, corriam os primeiros rumores da visita do Papa ao Brasil, o que animou os postulantes a proporem que a beatificação ocorresse no Santuário de Aparecida, a Virgem a que o Pe. Moutinho havia consagrado a Causa.

A beatificação do padre José de Anchieta viria a ocorrer somente em 1980, tendo tramitado, portanto, antes das mudanças implantadas no Código Canônico, em 1983. Dentre as nove etapas do

Processo, destacamos duas, a fim de elucidar os aspectos envolvidos na comprovação da santidade através de milagres:

7. Processo de Milagres: todo o trabalho realizado até este estágio era considerado, apesar do rigor das investigações, como humano, portanto falível. Para garantir a beatificação ou canonização eram necessários os “sinais divinos”, os milagres ocorridos por intercessão do suposto santo. E vale lembrar que o processo pelo qual se provava e comprova atualmente um milagre, é tão rigorosamente jurídico quanto as investigações acerca do martírio e das virtudes heróicas.

Um processo de milagre deve provar que Deus operou, de fato, um milagre – geralmente uma cura física, por intercessão de um dos Servos de Deus. Como no Processo Ordinário, o bispo da diocese onde supostamente teria ocorrido o milagre, recolhia a evidência e os testemunhos, tudo devidamente autenticado em cartório. Depois, a trajetória se assemelhava a uma *positio* e cabia à congregação discutir, refutar ou defender as provas. Um grupo de médicos era chamado a estudar as provas, para determinar se a cura não poderia ter ocorrido por meios naturais. Em caso negativo, o processo era entregue a teólogos consultores que, mediante provas circunstanciais, opinavam se o alegado milagre poderia ter ocorrido por orações ao Servo de Deus. Os casos de orações e pedidos para o Servo em discussão, juntamente a outros santos já oficiais, eram desconsiderados. Se o parecer dos consultores coincidissem com o dos cardeais, cabia ao papa certificar a aceitação do milagre.

9. Canonização: depois da beatificação, o processo só prosseguia quando novos “sinais divinos” surgiam e o processo do milagre se repetia. Quando o último milagre requerido, de um total de quatro, era examinado e aceito, o papa expedia uma Bula de Canonização, declarando que o candidato deveria ser venerado como santo pela Igreja universal.⁹⁴

Atualmente, há “uma tendência em valorizar o exemplo de vida dos santos e a heroicidade religiosa de seus atos, e não apenas sua capacidade em conceder graças e operar milagres”,⁹⁵ sendo observadas as normas promulgadas em 1983, pelo Papa João Paulo II⁹⁶. A tramitação,

no entanto, ainda é considerada lenta, o que decorre, sem dúvida, dos elevados investimentos necessários, que incluem, além dos custos com advogados teológicos, despesas com viagens, material de divulgação do candidato a santo, entre outras. Nesse sentido, é compreensível o “desabafo” feito pelo padre Murillo Moutinho, ao escrever o resumo da Causa de beatificação do padre Anchieta, em 1980⁹⁷: “É fácil para Deus fazer um Santo! Difícil é a Igreja declará-lo! Quantos milhões se foram nessa Causa?”⁹⁸

Desde sua morte em 1597, biógrafos e historiadores têm ressaltado a importância do jesuíta José de Anchieta na formação religiosa e moral do povo brasileiro. Apresentado como o “santo símbolo de nossa nacionalidade”, “taumaturgo que vela pela felicidade de nossa Pátria” e como “construtor da nacionalidade”, por ter “salvaguardado o princípio da moralidade”, Anchieta continua, contudo, à espera de sua canonização. Por enquanto: Beato, Sim! Santo, Não!⁹⁹

Referências Bibliográficas

AMARAL, Álvaro do. *O Padre José de Anchieta e a fundação de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1971.

ANCHIETANA. COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DO “DIA DE ANCHIETA”. São Paulo: Gráfica Municipal/Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo.

BRASIL. Lei 5.196, de 24 de dezembro de 1966. Dispõe sobre a instituição do “Dia do Anchieta”. In: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 16 de março de 2004.

BRASIL. Lei 55.588, de 18 de janeiro de 1965. Dispõe sobre a instituição do “Dia do Anchieta”. In: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 16 de março de 2004.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FLEUISS, Max (org.). ANCHIETA: *Quarto centenário do seu nascimento*. Conferências lidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1935.

GENTIL, José da Frota. *Vida ilustrada do v. p. José de Anchieta da companhia de Jesus apostolo do Brasil*. Rio de Janeiro: Vice-postulado V. P. Anchieta, 1975.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*. Caminho da Historiografia n. 1. Rio de Janeiro: CPDoc/FGV, 1988, p. 05-27.

JURKEVICS, Vera Irene. Os santos da Igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular. Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em História. Curitiba, 2004.

LIMA, Jorge De. *Anchieta*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABC, 1937.

MOUTINHO, Pe. Murillo. *A causa de beatificação do pe. Anchieta*. Edições Loyola: São Paulo, 1980.

PEIXOTO, Maria Cristina Leite. “*Santos da porta ao lado*”: os caminhos da santidade contemporânea católica. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2006.

QUEIROZ FILHO, Antônio de. *A vida heróica de José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1988.

REIS Filho, Daniel Aarão (org.); RIDENTI, M. (Org.); Motta, Rodrigo P. S. (Org.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois, 1964-2004*. 1a. ed. Bauru: EDUSC, 2004.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. *Análise da Construção da Figura Heróica de Anchieta*. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós Graduação em Educação.

SAINTE-FOY, Charles. *Vida do veneravel P. José Anchieta da Companhia de Jesus*. São Paulo: Jorge Seckler, 1878.

SILVA, Manoel Vicente da. Sublimidade moral de Anchieta: exposição e analyse do processo da sua beatificação. In: *III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta*. Paris: Editora Aillaud, 1900.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópoli: Vozes, 1985.

SOARES, Hugo Ricardo. A Produção Social do Santo: Um estudo do processo de beatificação do Padre Rodolfo Komórek. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. In: *Estudos Avançados*. Vol. 18, n. 52, São Paulo, dez. 2004, p.77-95.

THOMAZ, Joaquim. *Anchieta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1954.

VASCONCELOS S.J., Simão de. *Vida do venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

VIEIRA, Celso. *Anchieta*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1929.

VIOTTI, Helio Abranches. *Anchieta, o apóstolo do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1966.

Notas

¹ De acordo com Soares, “a beatificação foi criada há cerca de quatro séculos e desde então também passou por algumas modificações. Ela surgiu para distinguir os santos, cuja mensagem fosse universal, das personalidades cujos exemplos de vida diziam respeito a contextos menores e locais. No entanto, com o passar dos anos, ela foi se confundido com a própria canonização. Hoje em dia, praticamente não há diferença teológica entre um santo e um beato, existe apenas a determinação de que um deve ser cultuado por toda a Igreja e o outro, apenas por sua família religiosa ou pela cidade, região ou país em que viveu.” (2007, p. 140)

² José de Anchieta nasceu em Tenerife, uma das ilhas do arquipélago das Canárias. Foi um menino de saúde frágil, mas que nem por isso deixou de ser um brilhante aluno. Aos 17 anos, ingressou na Companhia de Jesus e, dois anos após, foi ordenado padre e enviado para o Novo Mundo. Chegou à Bahia em 13 de julho de 1553, juntamente com a comitiva de Duarte da Costa, segundo Governador Geral. No mesmo ano, foi enviado para a Capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo. Morreu aos 63 anos de idade, sendo que seus restos mortais foram trasladados para a Bahia, em 1611, e, posteriormente, algumas relíquias foram encaminhadas à Roma para dar início ao processo de canonização, que ainda não está concluído.

³ Beato, na hierarquia estipulada pela Igreja, é uma espécie de santo, que também possui poderes taumátúrgicos e que tem autoridade para interceder pelos homens junto a Deus. No entanto, ele possui uma devoção restrita. Somente sua família religiosa (caso tiver sido religioso) ou seus conterrâneos podem venerá-lo. Atualmente, o único fator que tecnicamente separa um santo de um beato é um milagre. Para alguém ser canonizado tem que ter realizado pelo menos dois milagres, um quando se tornou beato e outro para se tornar santo. (SOARES, 2007, p. 26) Sabemos que um livro – *A causa de beatificação do pe. Anchieta* – foi publicado pela *Edições Loyola*, em 1980, e escrito pelo padre Murillo Moutinho, que, neste mesmo ano, era o Vice-Postulador da Causa de

beatificação do padre Anchieta. A obra foi oferecida ao Episcopado Brasileiro, reunido em Assembléia em Itaiçi, em fevereiro de 1980.

⁴ No ano de 1602, decorridos exatos cinco anos de sua morte, a Companhia de Jesus abriu o processo de beatificação de Anchieta. A demora nos trâmites se deveu, em parte, à suspensão do processo, devido à supressão da Ordem pelo Papa, em 1773. Apesar de não constar milagre documentado no processo de beatificação de Anchieta, o Papa considerou que o missionário sempre tivera fama de milagreiro e merecia ser beatificado pelo “conjunto de sua obra”.

⁵ A Causa da canonização de Anchieta sofreu com a conturbada história de perseguições que os jesuítas sofreram no Brasil e no restante do mundo. A sua beatificação era dada como certa já nas primeiras décadas do século XVIII, em 1736, com o Decreto das Virtudes Heróicas e com o título de *Venerável*. Um altar já estava, inclusive, sendo preparado para receber sua imagem na igreja do Pátio do Colégio, em São Paulo. O processo só foi retomado em 1875, por iniciativa do Bispo de Olinda, ao qual foram agregados processos sobre milagres que não foram aceitos pela então Congregação dos Ritos. Em 1977, novo pedido foi encaminhado ao Papa Paulo VI, que reativou a Causa. O atual Postulador da Causa no Brasil é o padre César Augusto dos Santos.

⁶ Como bem apontado por “Quanto mais orações, pedidos e promessas, mais chances existem de milagres ocorrerem e consequentemente, aumentam também as chances de ser reconhecida oficialmente a santidade.” (SOARES, 2007, p. 200)

⁷ A expressão “Apóstolo do Brasil” permanece, ainda hoje, como designação para o padre jesuíta José de Anchieta.

⁸ CANAN, 2003, p. 7. O *Devocionário* foi editado pela Loyola, sob o patrocínio da CANAN, a Associação Pró-canonização de Anchieta. Esta Associação foi criada em 2001, com o objetivo de promover e divulgar a devoção ao Beato, a fim de conseguir o esperado milagre necessário a sua canonização.

⁹ A obra de Anchieta nos revela a seriedade no desempenho de sua tarefa, que o fizeram merecedor de cargos importantes dentro da Companhia. Foi nomeado Superior em São Vicente no ano de 1567, em 1573 lhe é concedido o cargo de Superior do Colégio do Rio de Janeiro e, em 1576, se torna Reitor do Colégio da Bahia. A partir de 1578, ocupa o cargo mais elevado da ordem no Brasil, o Provincialato. Como Provincial é obrigado a fazer constantes viagens pelas diversas capitanias do Brasil e a produzir obras informativas como a Informação do Brasil e suas Capitanias e a Breve relação das coisas relativas aos colégios e residências da Companhia nesta Província Brasília, do ano de 1584, que foram enviadas a seus superiores em Portugal. Em 1585, abandona o cargo de Provincial e o Espírito Santo se torna cenário de dos seus últimos anos de sua vida. Dedicar-se de corpo e alma à interminável tarefa de conversão. São estes os anos mais profícuos da sua produção literária. A maior parte dos Autos é elaborada e representada neste período. A doença que lhe é companheira desde a juventude se agrava neste período e Anchieta falece em Reritiba, aldeia indígena que foi fundada durante seu Provincialato, no dia 9 de junho de 1597.

¹⁰ A 9 de junho de 1997, Anchieta foi homenageado pela passagem dos 400 anos de sua morte. O arcebispo metropolitano de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, celebrou

missa na Catedral da Sé, prestigiada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. A Biblioteca nacional, no Rio de Janeiro, lançou o projeto do IV Centenário José de Anchieta, que constou de uma série de homenagens e da publicação de uma edição do livro *De Gestis Mendi de Saa*, escrito em latim pelo jesuíta, em 1563.

¹¹ Os efeitos do empenho de setores da Igreja e de leigos católicos pela beatificação de José de Anchieta podem ser constatados no ano de 1963, quando o presidente “Jango Goulart, seus ministros e altas autoridades assinaram, em legítimo pergaminho artisticamente confeccionado, uma CARTA POSTULATÓRIA pedindo ao Papa a beatificação de Anchieta.” (MOUTINHO, 1980, p. 28)

¹² Por iniciativa da Comissão de São Paulo, foi solicitado ao presidente Castelo Branco a instituição do Dia de Anchieta que fosse comemorado anualmente a 9 de junho, data da morte de Taumaturgo. Entre os numerosos subscritores da mensagem alusiva ao pedido constaram as assinaturas de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então cardeal-arcebispo de São Paulo, e de D. Ignatios Ferzli, arcebispo metropolitano ortodoxo do Brasil. Logo depois, o presidente Castelo Branco, em audiência concedida no Rio de Janeiro ao cardeal D. Jaime de Barros Câmara e a membros das comissões paulista e carioca, declarou que o assunto merecia sua melhor atenção e que ele esperava resolvê-lo satisfatoriamente, dentro de breve tempo.

¹³ Até então, as homenagens prestadas ao missionário se davam por ocasião dos centenários de sua morte. As comemorações alusivas ao III centenário de sua morte, em 1897, não puderam ser, no entanto, plenamente realizadas, “devido à acção diabólica do governo republicano, maçã e positivista”, conforme anotação feita por um aluno do Colégio da Imaculada Conceição, no exemplar da Coletânea que reuniu as conferências proferidas naquela ocasião.

¹⁴ No dia 9 de junho de 1597, na aldeia de Reritiba, hoje cidade de Anchieta, estado do Espírito Santo, morria o Venerável padre José de Anchieta. Morria o militante da fé e do império, conforme as designações do seu tempo.

¹⁵ A edição de 10 de junho de 1965, o Jornal Última Hora, do Rio de Janeiro, noticiava que “O ‘Dia de Anchieta’ foi ontem comemorado pela primeira vez na Guanabara com um desfile de 11 escolas e participação de cerca de 2.500 estudantes, tendo o Cardeal dom Jaime de Barros Câmara rezado missa campal na Praça Nossa Senhora de Nazaré, onde se realizou o desfile”, atestando o envolvimento do Ministério da Educação e da Cultura nas comemorações. Em São Paulo, o governador do Estado assinou Resolução – datada de 26 de abril de 1965 –, que previa a promoção “nos estabelecimentos de ensino de aulas recitais a respeito de Anchieta e sua obra.

¹⁶ CASTELO BRANCO. In: Anchieta, 1965, p. 12-13.

¹⁷ Em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 19 de janeiro de 1965, Maurício de Albuquerque, professor da então Universidade do Brasil e da Pontifícia Universidade Católica, assim se manifestou sobre o recente decreto do Presidente da República, instituindo o Dia de Anchieta: “A data corresponde à de sua morte, que ocorreu a 9 de junho de 1597 [...] e o decreto é um passo para sua canonização, tendo em vista que só os santos são festejados no dia de sua morte”. (grifo nosso)

¹⁸ Além do compromisso de manter a fidelidade aos valores cristãos, invocados por ocasião da instituição do Dia de Anchieta, os militares estimularam outras iniciativas que deveriam atender ao seu projeto ideológico-político se estendendo à escolarização dos brasileiros. É dentro dessa perspectiva que destacamos o Art. 2º da Lei Nº 5.196, de 24 de dezembro de 1966, que estabeleceu que o Dia de Anchieta deveria ser comemorado nas escolas primárias e médias do País, mediante a realização de palestras alusivas à sua vida e à sua obra. O governo de São Paulo definiu que no dia 9 de junho de 1965, todas as escolas primárias e secundárias do Estado comemorariam o ‘Dia de Anchieta’, com preleções e programas festivos organizados em cada classe e no horário de rádio e TV da Secretaria de Educação.

¹⁹ A análise das biografias analisadas revela que houve a construção de uma memória idealizada do Padre José de Anchieta, enaltecendo seu papel como missionário e militar. Idealizada porque se identificou com a valorização da união entre Igreja e Estado, e militarizada, por destacar e valorizar os feitos militares relacionados ao episódio da França Antártica. Além disso, os autores destas obras estavam ligados a uma elite política e religiosa, interessada em perpetuar esta visão sobre a evangelização e civilização dos indígenas e sobre a política colonial. Neste sentido, Anchieta pareceu ser o personagem ideal, por aglutinar a conduta e o pensamento pretendidos pelo Estado naqueles momentos, pois ele, nos idos do século XVI, juntamente com o Governador Mem de Sá havia expulsado o invasor, o herege, derrotando os franceses e pondo fim à França Antártica. Assim, o herege francês do século XVI é transformado no comunista do século XX e Anchieta passa a personificar a união entre a Igreja e o Estado contra a ameaça estrangeira. Por isso, pode-se dizer que a memória construída sobre Anchieta atenderá aos fins de Estado instalado após 1964, na medida em que, a exemplo do ocorrido durante o episódio da França Antártica, sua imagem representava a moral e a conduta política que os militares pretendiam difundir naquele momento.

²⁰ Embora o estudo e a sistematização da língua tupi tenham sido as tarefas a que mais se dedicou Anchieta, “Nóbrega notou que o sucesso de seu colega na conversão dos nativos se devia ao fato de se submeterem aos poderes aparentemente miraculosos do missionário. Do mesmo modo que respeitavam os pajés e os caraíbas, os índios submetiam-se à autoridade carismática de Anchieta por reconhecerem nele a fonte da autoridade de seus pajés, o poder de curar doenças.” (EISENBERG, 2000, p.81). Muitos de seus biógrafos descrevem momentos de verdadeiro êxtase espiritual e de encontro com Deus, como refere Joaquim Thomaz: “Transportes e êxtases eram como fugas de José para o céu, eram divinos momentos de colóquio com Jesus. Assim como se alimentava do nome de Deus, assim também O consultava como se estivesse a dois passos Dele e O roçasse com o espírito.” (THOMAZ, 1981, p. 158).

²¹ MESQUITA FILHO, In: Anchieta, 1965, p. 10-11.

²² O jornal *O Estado de São Paulo* sempre se posicionou a favor das forças políticas mais conservadoras, apoiando o golpe e sua legitimação. O diretor do jornal, Júlio de Mesquita Filho, foi inclusive o presidente da Comissão Nacional encarregada das comemorações do “Dia de Anchieta”, o que explica o grande destaque dado ao acontecimento no periódico. A análise das matérias jornalísticas divulgadas pela imprensa no ano de

1965 permite constatar que o “Dia de Anchieta” foi, efetivamente, utilizado pelos militares para promover a sua percepção da sociedade e da nação brasileira. Através da imagem de José de Anchieta, os militares pretenderam legitimar o regime ditatorial, apresentando-se como salvadores da nação – à semelhança do missionário jesuíta – empenhando-se também pela sua beatificação. Os artigos divulgados n’*O Estado de São Paulo*, no período entre 1965 e 1968, empregam termos como Civilização bandeirante; primeiro magistrado da nação; verdadeiro bandeirante da fé; pacificador; defensor; povo tradicionalmente católico; grande místico; chefe do Estado brasileiro; subversão; chefe incontestado da nossa Revolução; potência das trevas, termos que remetem para o estado crítico em que o país se encontrava e o papel de salvadores reservado aos militares. Os temas abordados pelo periódico contemplam desde a beatificação, a vida e a obra de Anchieta, até os encontros da Comissão organizadora e a divulgação das atividades a serem realizadas. Cabe ressaltar que este periódico apoiou a realização do golpe militar e a consolidação do regime militar em 1964, contudo, após o AI-2 em 1965, vai se distanciando dos militares, rompendo definitivamente após o AI-5 editado no final do ano de 1968.

²³ É preciso considerar que às vésperas de abril de 1964, “a Igreja, como instituição, por meio da CNBB, tomava posição a favor das reformas sociais. [...] Mas não podemos esquecer que outros católicos se mobilizaram em direção contrária [...] com o apoio de figuras importantes do episcopado e do clero, no combate ao que julgavam ser o perigo da subversão da ordem.” (SOUZA, 2004, p. 81)

²⁴ As mulheres, como sabido, desempenharam um importante papel nesta mobilização. As que se destacaram eram, geralmente, esposas ou parentes de líderes do IPES. Incentivadas e auxiliadas por seus maridos ou irmãos, organizaram sua ação política apoiadas em sua religiosidade, seu moralismo e medo da desagregação de suas famílias. Dona Eudóxia Dantas, esposa do ipesiano José Bento Ribeiro Dantas e que chegou a ocupar o cargo de presidente da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) da Guanabara, ao referir-se à motivação de sua ação política, afirmou que “sentiu na carne o perigo que representava para a sua família e para a religião. E foi daí o verdadeiro impulso que nós tivemos, sentimos que nós íamos perder tudo isso. Com uma ideologia comunista, você não se pertence mais. Você pertence ao Estado. Portanto, o Estado toma conta da vida e a religião é abolida”. (Apud SIMÕES, 1985, p. 53).

²⁵ O período de maior produção literária de Anchieta foram os dez últimos anos de sua vida. A primeira peça de teatro, conhecida como Pregação Universal ou Festa do Natal, no entanto, foi produzida entre o período de 1560 e 1564. Entre as obras produzidas por Anchieta, outros escritos nos revelam uma figura não só comprometida com o trabalho de missionação, mas, também, extremamente mística. A intensa devoção religiosa deste missionário é notoriamente visível em uma de suas obras conhecida como o poema “De Beata Virgine Dei Matre Maria”, composto enquanto esteve prisioneiro em Iperoig.

²⁶ Sabe-se que um osso do fêmur do jesuíta se encontra num relicário na Capela do Bem-aventurado José de Anchieta, no Pátio do Colégio, em São Paulo, e parte do osso da tíbia na “Cela” de Anchieta, no Museu de Anchieta, município de Anchieta – antiga Reritiba –, Espírito Santo.

²⁷ MESQUITA FILHO In: Anchieta, 1965, p. 6.

²⁸ MESQUITA FILHO In: Anchieta, 1965, p. 6.

²⁹ Este projeto de reedição das biografias de Anchieta fica evidente no discurso proferido por Julio de Mesquita Filho, na abertura das Conferências: “Quando da chegada do padre Molinari, soube por ele a Comissão que S. S. o Papa Paulo VI lhe lembrara que, para maior relevo do Ano Anchieta, seria interessante assinalá-lo com a edição das obras completas do suave apóstolo do Brasil. Dando a atenção devida a tão feliz sugestão, deliberamos entrar em contacto com a Universidade de São Paulo, instituição que nos parecia a todos nós ser, pela sua própria natureza, a mais indicada para levar a bom termo o desejo do Sumo Pontífice. Não seria necessário dizer que foi com grande satisfação que o Magnífico Reitor do nosso principal instituto de ensino superior se colocou incondicionalmente à disposição dos que o procuraram, tomando desde logo as providências necessárias para que ainda neste ano seja oferecida ao mundo culto a edição das obras completas do patrono da nacionalidade brasileira.” (MESQUITA FILHO In: ANCHIETANA, 1965, p. 7).

³⁰ Natural de Castela Nova, Quirício Caxa entra para a Companhia de Jesus em 1559 e, em 1563, é enviado ao Brasil. Aqui ensinou gramática, teologia e filosofia e se dedicava ao ministério da catequese e pregação. Ocupou o cargo de Vice-Reitor do Colégio na Bahia na ausência de Gregório Serrão em viagem a Roma, além de se destacar como consultor de questões jurídicas na província. Sua realização de maior destaque foi, no entanto, a biografia de Anchieta. Da “Breve Relação” existem três cópias manuscritas localizadas na Biblioteca do Porto, na Biblioteca da Ajuda e outra no Arquivo Romano da Companhia de Jesus. Serafim Leite publica, pela primeira vez, esta biografia em 1934. Na obra “Paginas de História do Brasil” citada anteriormente Leite reproduz a biografia editada em 1934 em homenagem ao quarto centenário de nascimento do Pe. Anchieta. No prefácio desta obra podemos ler: “Dado o valor intrínseco deste precioso documento resolvemos publicá-lo. Será também a nossa homenagem a Anchieta neste quarto centenário do seu nascimento. Cremos que não nos fica mal recordar esta data, tão celebrada no Brasil” (LEITE, 1937). Além das edições publicadas por Serafim Leite existem outras publicadas posteriormente. Para fins de análise recorreremos à oitava edição que é parte de uma coleção conhecida por “Monumenta Anchieta – obras completas do Pe. José de Anchieta”. A publicação desta coleção foi recomendada pelo Papa Paulo VI por ocasião da instituição do Dia de Anchieta em 9 de junho de 1965. Esta edição, segundo o Pe. Hélio Abranches Viotti, S. J., tem como base a cópia existente no Arquivo Romano da Companhia de Jesus que foi levada para a Europa pelo Pe. Fernão Cardim no ano de 1600.

³¹ Pero Rodrigues, autor da segunda biografia de Anchieta, exerceu o cargo de Provincial no Brasil durante o período de 1594 a 1603. Nasceu em Évora no ano de 1542 e entrou para a Companhia de Jesus em 1556. Antes de ser enviado ao Brasil exerceu cargos importantes como o de Reitor dos Colégios de Funchal na Ilha da Madeira e Bragança em Portugal. Também foi nomeado visitador dos jesuítas em Angola sendo, em seguida, designado para o cargo de Provincial do Brasil. Poucos anos depois da produção da primeira notícia biográfica de Anchieta, o próprio Pe. Pero Rodrigues, a pedido do

então Provincial do Brasil, Fernão Cardim, se dedica à tarefa de escrever uma biografia deste jesuíta. Produzida no início do século XVII serviu de fundamento a muitas outras biografias publicadas na Europa ao longo do mesmo século. A “Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus” foi produzida, segundo o Pe. Hélio Abranches Viotti, S. J, entre os anos de 1605 e 1609 pelo Padre Pero Rodrigues. Tinha como objetivo principal ampliar a biografia escrita pelo Pe. Quirício Caxa incorporando testemunhos de pessoas que conviveram com Anchieta. Pinto de Aguiar que assina o prefácio da primeira edição brasileira publicada em 1955, pela Livraria Progresso Editora da Bahia argumenta, ainda, que a obra de Pero Rodrigues está “Orientada no sentido de fazer ressaltar as virtudes e poderes sobrenaturais do santo padre, com o intuito evidente de preparar-lhe a beatificação, e mesmo a canonização...” (CAXA, RODRIGUES, 1988, p. 45). No Brasil, a biografia escrita por Pero Rodrigues foi publicada pela primeira vez em 1955, pela Livraria Progresso Editora da Bahia. Apresentar Anchieta como um exemplo de vida é, assim como para Quirício Caxa, um dos objetivos de Pero Rodrigues com esta biografia. Os Livros Terceiro e Quarto são, de certa forma, distintos e inovadores no sentido de que a importância atribuída às profecias e milagres, é muito maior em Rodrigues do que em Caxa, que apresenta alguns destes milagres e profecias num breve capítulo que recebe o título “Do espírito de profecia que parece que teve”, enquanto Rodrigues, relata inúmeros exemplos de “experiências milagrosas” em dois livros compostos de nove capítulos cada um. Isso, em parte se deve às fontes utilizadas por Rodrigues. Além da Breve Relação o autor utiliza, segundo o Pe. Hélio Abranches Viotti S. J., “... cinco feitos de testemunhos autênticos tomados juridicamente em 1602 (...) pelo Administrador Apostólico do Rio de Janeiro e vigários da prelazia, os de São Paulo, Santos, Vitória e Porto Seguro” (CAXA, RODRIGUES, 1988, p. 43) e, um processo promovido por Fernão Cardim em 1604 em que depuseram os religiosos que conviveram mais proximamente a Anchieta. É evidente, na obra de Pero Rodrigues, a preocupação com o registro e, assim, conservação da memória relativa às profecias e milagres atribuídos ao Apóstolo do Brasil.

³² GUIMARÃES, 1988, p. 6.

³³ SILVA In: III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta, 1900, p. 285.

³⁴ Cabe esclarecer que o *Venerável* “não é nem mesmo mencionado no Código de Direito Canônico e no manual para instruir processos de canonização. No entanto, conversando com quem está envolvido com processos de canonização (...) o “venerável” é de suma importância na hierarquia da Igreja, pois são os que estão mais próximo dos cristãos ordinários. São reconhecidos enquanto veneráveis quando suas ações de cristão exemplar são comprovadas pelos funcionários da Congregação Para as Causas dos Santos e também por um grupo de consultores teológicos. (SOARES, 2007, p. 27)

³⁵ A tradução da obra de Sainte-Foy – feita por um tradutor anônimo – é dedicada ao então bispo de São Paulo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. Nela podemos ler: “A subida veneração que V. E. R. professa ao inclyto Apostolo do Brasil, o Venerável P. JOSÉ ANCHIETA, da Companhia de Jesus, e o ardente desejo que tem de ver concluída a causa de beatificação desse benemérito Servo de Deus; animaram-me a dedicar a V. E. R. esta vida do mesmo Venerável Anchieta, composta em francez por Mr. Sainte-

Foy, e por mim vertida em portuguez [...] Meu fim único ao fazer esta tradução foi avivar em meus conterrâneos a memória de nosso Apóstolo, cujas virtudes já foram, por decreto da S. Igreja, qualificadas de A subida veneração que V. E. R. professa ao ínclito Apóstolo do Brasil, o Venerável P. JOSÉ ANCHIETA, da Companhia de Jesus, e o ardente desejo que tem de ver concluída a causa de beatificação desse benemérito Servo de Deus; animaram-me a dedicar a V. E. R. esta vida do mesmo Venerável Anchieta, composta em francez por Mr. Sainte-Foy, e por mim vertida em portuguez.” (Dedicatória- o tradutor).

³⁶ SAINTE-FOY, 1878, p. 11.

³⁷ SAINTE FOY, 1878, p. 11-12.

³⁸ Este decreto é resultado de um processo que se iniciou no começo do século XVII, com a solicitação de beatificação e canonização feita pelos padres jesuítas da Bahia à Santa Sé.

³⁹ SAINTE-FOY, 1878, p. 225.

⁴⁰Na concepção dos membros do IHGB, a Companhia de Jesus desempenhou importante papel na tarefa civilizadora, contribuindo de forma decisiva para a formação da nação brasileira. Daí, a ênfase dada à vida e à obra de Anchieta nesse período.

⁴¹ AFONSO CELSO In: Colleção de História Brasileira, 1935, p. 6.

⁴² Dentre as biografias produzidas neste período, destacamos: “Anchieta – Quarto centenário de seu nascimento. Conferências lidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1933-1934”, organizada por Max Fleiuss; “Anchieta” de Jorge de Lima (1932); “Anchieta” de Joaquim Thomaz (1954); “Vida Ilustrada do Venerável Padre Anchieta S.J. da Companhia de Jesus Apóstolo do Brasil” do P. José da Frota Gentil, S.J. ([1920(?)] 1975, 9º edição); “A Vida Heróica de José de Anchieta” de Antônio de Queiroz Filho ([1962]1988).

⁴³ Este propósito fica bem evidente em artigo da Resolução do Governo de São Paulo, de 26 de abril de 1965, que diz que: “Considerando que nunca, como nos dias que correm, o ideal cristão, que ele semeou na terra ainda virgem se tornou tão necessário como na luta de hoje contra ideologias sangüinárias e forasteiras; considerando ainda que é mister evocar-lhe a figura, no momento em que se postula de novo a sua canonização [...] deve renovar, no dia de Anchieta, a confiança do povo e do governo bandeirante no sentido da canonização do Apóstolo do Brasil.” In: Folha de São Paulo, de 28 de abril de 1965.

⁴⁴ VIEIRA, 1929, p. 168, 172.

⁴⁵ Pelo Decreto N. 23.941, de 1 de março de 1934, foi declarado “feriado nacional o dia 19 do corrente mês, data do IV Centenário do nascimento do *Venerável* Padre José de Anchieta [...] cuja vastíssima obra de missionário cristão lhe valeu o significativo título de Apóstolo do Novo Mundo [...] são justificadamente merecidas todas as homenagens prestadas pela Nação, à memória do grande missionário, a quem deve o Brasil o seu primeiro e mais forte impulso civilizador [...] sua obra de instrução teve notável influência na formação da nacionalidade [...]”. O Decreto é assinado por Getúlio Vargas, Francisco Antunes Maciel e Washington Pires.

⁴⁶ Também durante o governo Vargas, através do Decreto-Lei N.5.123, de 21 de dezembro de 1942, foi transferido “gratuitamente à Sociedade Brasileira de Educação, para o fim de construção da ‘Casa de Anchieta’, o domínio pleno do terreno nacional interior [...] situado na Capital Federal, e dá outras providências. [...] O terreno [...] será exclusivamente utilizado para a construção da Casa de Anchieta, destinada ao culto dos grandes vultos da Companhia de Jesus, que, no Brasil, se consagraram à catequese e à educação dos indígenas.” O Decreto é assinado por Getúlio Vargas, A. de Souza Costa e Gustavo Capanema.

⁴⁷ AFONSO CELSO In: FLEIUSS, 1935, p. 7.

⁴⁸ FLEIUSS, 1935, p. 241.

⁴⁹ FRANCA In: FLEIUSS, 1935, p. 230, 241.

⁵⁰ FLEIUSS, 1935, p. 236.

⁵¹ THOMAZ, 1954, p. 91.

⁵² A Comissão Nacional convocada por Castelo Branco era presidida por Júlio de Mesquita Filho, e contava com a participação do Dr. Aureliano Leite, do Prof. Eurípedes Simões de Paula, do Dr. João Fernando de Almeida Prado, do Dr. César Salgado, do Dr. Marcio Neme e da Sra. Lúcia Falkenberg.

⁵³ A biografia de Anchieta produzida pelo Pe. Helio Abranches Viotti resulta de um concurso realizado em 1965, por ocasião da instituição do Dia de Anchieta, e promovido pela Comissão Nacional das comemorações do Dia de Anchieta instituído em 1965. Ela diferencia-se das anteriores pela vasta documentação em que o autor se apóia e pela inclusão dos depoimentos prestados – por ocasião dos processos realizados entre 1602 e 1628 – para a beatificação do Apóstolo do Brasil. A intenção da obra fica evidenciada no prólogo da segunda edição: “Divergimos de seus biógrafos antigos, (...) procurando oferecer, a propósito desses fatos miraculosos, que de quando em quando afloram na nossa narrativa, os elementos humanos de credibilidade [...] Queremos crer que, desta nossa tentativa, surja um Anchieta mais humano e mais ligado historicamente aos empolgantes sucessos da formação cristã da nacionalidade brasileira [...]” (VIOTTI, 1980, p.7)

⁵⁴ VIOTTI, 1966, p. 15.

⁵⁵ VIOTTI, 1966, p. 132.

⁵⁶ VIOTTI, 1966, p. 80.

⁵⁷ VIOTTI, 1966, p. 58, 141.

⁵⁸ VIOTTI, 1966, p. 108, 225.

⁵⁹ AMARAL, 1917, p. 8.

⁶⁰ AMARAL, 1971, p. 11.

⁶¹ Serafim Leite nasceu em Portugal, em 1890. Veio ao Brasil, ainda rapaz, aos 15 anos, quando entrou para a Companhia de Jesus. Por indicação do Provincial da Ordem no Brasil foi incumbido de escrever a “História da companhia de Jesus no Brasil”, produzida entre 1938 e 1950. Faleceu em 1969.

⁶² AMARAL, 1971, p. 14-17.

⁶³ AMARAL, 1971, p. 8.

⁶⁴ Para este Ciclo de Conferências foram convidados intelectuais como Pedro Calmon, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo e Sérgio Buarque de Holanda. Concomitantemente, seria realizado o Primeiro Congresso Anchieta – que não ocorreu como previsto – e que contaria com estudiosos como Daniel Ropps, da Academia Francesa, Marcel Bataillon, do Colégio da França, Charles Boxer, da Universidade de Londres, Ernani Cidade e Damião Peres, de Portugal, Pedro Calmon, Gilberto Freire e representantes dos Institutos Históricos brasileiros e da Academia Brasileira de Letras.

⁶⁵ Denomina-se Anchieta a Coletânea que reuniu os discursos e as conferências proferidas por ocasião da instituição do Dia de Anchieta e do Ciclo de Conferências sobre a vida e obra de José de Anchieta. É composta por 49 textos, que consistem de uma Introdução, dois discursos, sete transcrições de conferências, 36 colaborações sob a forma de artigos e três discursos proferidos por deputados na Câmara Federal, por ocasião do Dia de Anchieta. Colaboraram 47 autores, dos quais 39 são intelectuais, políticos ou acadêmicos; 7 são religiosos, sendo que quatro são da Companhia de Jesus e dois são espanhóis, e um único militar, o próprio Marechal Castelo Branco que fez o discurso de abertura das solenidades do Dia de Anchieta, em 1965. O Ciclo de Conferências durou de 9 de junho a 14 de julho de 1965, sendo que a primeira palestra coube a Pedro Calmon, que teve lugar no Teatro Municipal; as demais (uma por semana) ocorreram no Pátio do Colégio.

⁶⁶ João de Scantimburgo nasceu em Dois Córregos, São Paulo, em 31 de outubro de 1915. Jornalista, Mestre em Economia e Doutor em Filosofia e Ciências Sociais, lecionou na fundação Armando Álvares Penteado e na Universidade Estadual Paulista. Exerceu as funções de diretor dos “Diários Associados”, do “Correio Paulistano”, do “Diário do Comércio” e do “Digesto Econômico”, todos editados na capital paulista. Pertenceu ao Conselho curador da Fundação Padre Anchieta – Rádio e Televisão Educativa (São Paulo). Faz parte, também, da Academia Paulista de Letras, do Instituto Brasileiro de Filosofia, da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos e da Academia Brasileira de Letras, desde maio de 1992.

⁶⁷ SCANTIMBURGO In: Anchieta, 1965, p. 273.

⁶⁸ SACNTIMBURGO In: Anchieta, 1965, p. 274-278.

⁶⁹ SAINTE FOY, 1878, p. 191.

⁷⁰ SAINTE FOY, 1878, p. 209.

⁷¹ GENTIL, 1975, p. 102.

⁷² VIEIRA, 1929, p. 187.

⁷³ VIEIRA, 1929, p. 145.

⁷⁴ SAINTE FOY, 1878, p. 118.

⁷⁵ THOMAZ, 1954, p. 14, 46.

⁷⁶ Simão de Vasconcelos nasceu na cidade do Porto, em 1596 e, ainda adolescente, veio para o Brasil, ingressando na Companhia de Jesus, em 1615. Foi professor de Humanidades, Teologia Especulativa e Moral, além de mestre de noviços. Ocupou cargos importantes, tais como o de Secretário da Província, Procurador Geral, Vice-

Reitor do Colégio da Bahia, Reitor do Colégio do Rio de Janeiro e Provincial dos Jesuítas no Brasil, de 1655 a 1658. Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1671.

⁷⁷ VASCONCELOS, 1953, p. 89-90.

⁷⁸ VASCONCELOS, 1953, p. 399.

⁷⁹ RUCKSTADTER, 2006, p. 24.

⁸⁰ VASCONCELOS, 1953, p. 227.

⁸¹ SOARES, 2007, p. 36.

⁸² SOARES, 2007, p.122.

⁸³ SOARES, 2007, p. 123, 163-164.

⁸⁴ JURKEVICZ, 2004, p.126.

⁸⁵ MOUTINHO, 1980, p. 13.

⁸⁶ SOARES, 2007, p. 139.

⁸⁷ MOUTINHO, 1980, p. 14.

⁸⁸ Cabe ressaltar que a restauração da Companhia de Jesus – mediante a bula “*Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*”, do Papa Pio VII – , em 1814, possibilitou a retomada das diligências para a recomposição dos processos e seguimento da demanda pela beatificação de Anchieta.

⁸⁹ A carta enviada pela Princesa Isabel ao Papa Pio IX diz: “Santíssimo Padre: À presença de Vossa Santidade levam os Bispos deste Império uma súplica que, posso dizer, não é exclusivamente sua. Pedem a canonização do Padre Anchieta e eu com eles me uno para obtê-la de Vossa Santidade. A vida desse missionário, tão cheia de atos de caridade heróica e de milagres, não é conhecida somente no Brasil; mas aqui onde ele derramou os benefícios de sua palavra e de seu exemplo é mais viva do que em qualquer outra parte a memória de suas virtudes e daí vem a esperança que todos nutrem de ver atendida pelo Chefe da Igreja a rogativa daqueles prelados. Queira pois Vossa Santidade resolver que é lícito ao Católicos Brasileiros venerarem em seus altares a imagem de tão santo varão. Queira também Vossa Santidade lançar sua apostólica bênção sobre mim e minha família e sobre a nação brasileira. De Vossa Muito obediente filha Izabel, Princesa Imperial Regente, Palácio, em 11 de julho de 1877” (Apud SALGADO, 1965)

⁹⁰ SOARES, 2007, p. 141-142.

⁹¹ Soares, contudo, alerta que esta [...] “*Congregação Para as Causas dos Santos*” só surgiu como uma entidade dotada de estrutura própria em 1969 com a Constituição Apostólica “*Sacra Rituum Congregatio*” promulgada pelo Papa Paulo VI. Com esta mesma Constituição Apostólica, a nova Congregação passou a ser constituída por três departamentos: o judicial, o do promotor geral da fé e o histórico-jurídico.” (SOARES, 2007, p. 142).

⁹² MOUTINHO, 1980, p. 27.

⁹³ MOUTINHO, 1980, p. 29.

⁹⁴ JURKEVICZ, 2004, p. 130-134.

⁹⁵ SOARES, 2007, p. 38.

⁹⁶ Houve, a partir do pontificado de João Paulo II, um trabalho oficial intenso para desmistificar a santidade como algo reservado a poucos dotados de qualidades

sobrenaturais e mostrar sua acessibilidade a todos. Reafirmada como um fenômeno universal, católico, representaria a possibilidade de guardar os preceitos cristãos e reiterar os ensinamentos da Igreja, independentemente da imensa diversidade cultural da humanidade e sem desconectar-se do mundo de hoje. (PEIXOTO, 2006, p. 12-14)

⁹⁷ Sabe-se que os trâmites para a beatificação do padre Anchieta foram iniciados logo após a sua morte, em 1597, e que, apesar das três grandes paralisações que sofreu – de 1634 a 1647, de 1668 a 1702 e de 1773 a 1883 –, o processo foi concluído exitosamente em 1980, quando Anchieta foi beatificado pelo Papa João Paulo II. Este Papa foi o promotor do maior número – 482 pessoas – e da mais abrangente ampliação geográfica e cultural das declarações de santidade da história, antes concentradas na Europa e com grande participação de padres, bispos e freiras na lista de santos. (PEIXOTO, 2006, p. 16)

⁹⁸ MOUTINHO, 1980, p.32.

⁹⁹ A Causa de Anchieta não é a primeira a demorar-se tanto nas Cortes vaticanas. Em consulta ao “*Index causarum Beatificationis Servorum Dei Et Canonizationis Bestorum*” se constatará que ainda estão pendentes de julgamento causas de beatificação ou canonização inscritas nos séculos XIII, XIV, XV e XVI.